

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

**TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NOS ANOS INICIAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS
COM BAIXO IDEB**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Marcelli Evans Telles dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NOS ANOS INICIAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS COM
BAIXO IDEB**

por

Marcelli Evans Telles dos Santos

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós - Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Folmer

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos, Marcelli Evans Telles dos
Tema Transversal Saúde nos Anos Iniciais da Educação
Básica: um estudo em escolas com baixo IDEB / Marcelli
Evans Telles dos Santos.-2014.
117 p. ; 30cm

Orientador: Vanderlei Folmer
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e
Saúde, RS, 2014

1. Temas Transversais 2. Saúde na escola 3. Anos
Iniciais 4. Formação e prática docente 5. Livro didático
de Ciências I. Folmer, Vanderlei II. Título.

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Marcelli Evans Telles dos Santos. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante citação da fonte.

Endereço: Rua Iris Valls, n. 2395, Bairro Bela Vista, Uruguaiana, RS, 97501-758
Fone (0xx) 55 99552874; End. Eletr: marcelli_mets@hotmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós- Graduação em Educação em Ciências: Química
da Vida e Saúde**

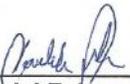
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS COM BAIXO IDEB**

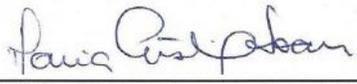
elaborada por
Marcelli Evans Telles dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

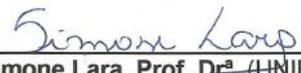
COMISSÃO EXAMINADORA:



Vanderlei Folmer, Prof. Dr. (UFSM/ UNIPAMPA)
(Presidente/Orientador)



Maria Cristina Flores Soares, Prof. Drª. (FURG)



Simone Lara, Prof. Drª. (UNIPAMPA)

Santa Maria, 11 de fevereiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e saúde, por sempre estar me acompanhando, me amparando nos momentos difíceis e atendendo as minhas preces.

Ao professor Vanderlei pela confiança depositada, liberdade, autonomia e prontidão durante o processo de orientação, pelos desafios e oportunidades concedidas desde a graduação e, principalmente, por contribuir para o meu crescimento intelectual, acadêmico e pessoal. A MINHA ETERNA GRATIDÃO!

À UFSM e o PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela oportunidade de estudo e por possibilitar que profissionais da área da saúde dêem as suas contribuições ao universo da educação.

À CAPES/INEP e ao professor Diogo Onofre Gomes de Souza (UFRGS), por meio do Programa Observatório da Educação, pela bolsa de estudos da graduação ao mestrado.

Ao professor Elgion Loreto pelo empenho e disposição em defender as causas pessoais, na resolução dos problemas e possibilitar que as aulas fossem transmitidas para Uruguiana.

Aos meus pais, Sonia e Marcelo, pelo amparo e apoio as decisões, mas especialmente por sempre terem dito que a única herança deixada serão os estudos.

À minha irmã Francieni, a amiga Liane e demais familiares pela torcida, pelas orações e por acreditarem em mim.

Ao meu amigo, companheiro e namorado José Carlos pelo apoio, carinho, amor e compreensão.

Às escolas, professores e alunos pela acolhida e terem aceitado contribuir com esta dissertação, sem vocês este estudo não teria se concretizado.

À companheira e colega Marlise pelo incentivo, experiências de vida e companhia durante os nove meses de estudo para a seleção do mestrado.

Aos colegas e amigos de curso, GENSQ e Observatório, Cristiane, Dandara, Daniela, Dário, Daniel, Edward, Eliziane, Geovana, Jaqueline, Karoline, Max, Olavo, Renato, Simone e Werner pelas vivências, companheirismo e trocas de alegrias, problemas e saberes.

Às professoras Maria Cristina e Simone Lara e ao professor João Batista (suplente) por aceitaram prontamente o convite para integrar a comissão examinadora contribuindo para a melhoria deste trabalho.

A todos, muito obrigada!

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que
ninguém viu, mas pensar o que ninguém
ainda pensou sobre aquilo que todo
mundo vê.”*

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
Universidade Federal de Santa Maria

TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO EM ESCOLAS COM BAIXO IDEB

AUTORA: Marcelli Evans Telles dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Vanderlei Folmer

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 fevereiro de 2014.

A saúde é uma das temáticas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para ser trabalhada pela escola como um Tema Transversal. Os Temas Transversais correspondem a questões urgentes para a sociedade brasileira, expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e a inclusão dos mesmos no ambiente escolar implica em um trabalho contínuo desde o início da vida escolar. Neste contexto, a presente dissertação buscou identificar como o Tema Transversal saúde estava sendo veiculado nos Anos Iniciais de escolas com baixo rendimento na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desse modo, o trabalho foi dividido em três etapas sendo desenvolvido em três escolas públicas do município de Uruguaiana/RS, as quais obtiveram escores inferiores a 3,5 no IDEB 2009. A primeira etapa objetivou averiguar a formação acadêmica dos professores unidocentes em relação à temática saúde e investigar aspectos da prática pedagógica acerca do Tema Transversal saúde através da aplicação de um questionário para 22 professoras unidocentes. Já na segunda etapa foram analisados 8 livros didáticos de Ciências a fim de verificar a presença da saúde e a sua abordagem enquanto um Tema Transversal. A terceira etapa teve como finalidade proporcionar atividades de educação para a saúde aos escolares e conjuntamente identificar as suas percepções sobre saúde, nesta etapa participaram 360 alunos. De acordo com os resultados obtidos constata-se, de modo geral, que a temática saúde está contemplada nas práticas pedagógicas das escolas estudadas, porém não é tratada pelas educadoras e pelos livros didáticos como um Tema Transversal. Com relação à formação acadêmica, parte das professoras relataram que tiveram uma formação inicial insuficiente sobre o tema saúde e verificou-se que as mesmas não possuem perspectivas de formação continuada. Assim, essa formação deficitária reflete nas suas práticas em que os assuntos sobre saúde são tratados principalmente nas aulas de Ciências, pela maioria das professoras, por meio de aulas expositivas que utilizam como principal fonte de planejamento o livro didático. Na segunda etapa as análises demonstraram que a saúde ocupa um pequeno número de páginas nos livros didáticos os quais abordam predominantemente sobre as doenças. Os resultados da terceira etapa mostraram que a maioria dos estudantes associa o significado da saúde a hábitos alimentares e de higiene logo, possuem uma compreensão fragmentada sobre a saúde. Nas intervenções os alunos foram receptivos e participativos, entretanto identificou-se carência de independência para a realização das atividades e dificuldades consideráveis para trabalhar em grupo. Após a execução deste trabalho foram encontradas lacunas que necessitam serem preenchidas objetivando-se assim, uma educação para a saúde efetiva que possa repercutir em uma vida saudável na fase adulta e do mesmo modo em uma melhoria nas práticas escolares como tentativa de elevar as notas das respectivas escolas nas avaliações da Educação Básica. Espera-se que os questionamentos levantados nesta dissertação bem como os resultados obtidos e as inferências possam cooperar com estudos futuros sobre educação e saúde no contexto escolar e principalmente levarem provocações, reflexões e discussões entre estudantes e profissionais sobre as práticas escolares com Temas Transversais.

Palavras-chave: Temas Transversais; Saúde na escola; Anos Iniciais; Formação e prática docente; Livro didático.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Universidade Federal de Santa Maria

HEALTH TRANSVERSAL THEME IN EARLY YEARS OF BASIC EDUCATION: A STUDY IN SCHOOLS WITH LOW IDEB

AUTHOR: Marcelli Evans Telles dos Santos

ADVISOR: Vanderlei Folmer

Date and Place of Defense: Santa Maria, February 11th, 2014.

Health is one of the themes proposed by the National Curriculum Guidelines to be crafted by the school as a Transversal Theme. The Transversal Themes correspond to urgent issues for Brazilian society, expressing concepts and fundamental to democracy and citizenship and their inclusion in the school environment values implies a continuous work since the beginning of school life. In this context, this dissertation sought to identify as the health Transversal Theme was running in the early years of schools with low performance in the evaluation of the Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Thus, the work was divided into three phases being developed in three public schools from Uruguaiana/RS, which had scores lower than 3.5 in IDEB 2009. The first step aimed at investigating the academic training of teacher's unidocentes in relation to themes of health and investigate aspects of the pedagogical practice of the health Transversal Theme through the application of a questionnaire to 22 teachers unidocentes. In the second stage 8 Science textbooks were analyzed to verify the presence of health and his approach as a Transversal Theme. The third step was aimed to provide educational activities for health at school and jointly identify their perceptions of health, 360 students participated in this step. According to the obtained results it can be seen, in general, that the health issue is addressed in the pedagogical practices of the schools studied, but is not handled by the teachers and the textbooks as a Transversal Theme. With regard to academic education, part of the teachers reported that they had insufficient initial training on the health issue and found that they have no prospects of continuing education. Thus, this deficit reflects in their training practices in which health issues are treated mainly in science classes, the majority of teachers, through lectures using as the main source of planning the textbook. In the second stage, the analysis showed that health occupies a few pages in the textbooks which deal mainly on diseases. The results of the third stage showed that most students associate the meaning of health eating habits and hygiene therefore, have a fragmented understanding about health. In interventions students were receptive and participative however we identified a lack of independence for carrying out the activities and considerable difficulties in working with others. Upon execution of this work gaps that need to be filled were found aiming to thus education for effective health care that can pass on a healthy life in adulthood and likewise in improving school practices in an attempt to raise the grades of respective schools on assessments of basic education. It is hoped that the questions raised in this dissertation as well as the results and inferences can cooperate in future studies on education and health in the school context and mostly generate provocations, reflections and discussions among students and professionals about school practices with Transversal Themes.

Keywords: Transversal Themes; Health in school; early years; Training and teaching practice; Textbook.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL- Alagoas

AIDS- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CAAE- Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES- Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DST- Doença Sexualmente Transmissível

EpS- Educação para a Saúde

EPS- Escolas Promotoras de Saúde

ES- Educação em Saúde

FURG- Fundação Universidade Federal do Rio Grande

GENSQ- Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida

GO- Goiás

HIV- Vírus da Imunodeficiência Humana

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE- Plano de Desenvolvimento da Escola

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

PPG- Programa de Pós-Graduação

PPP- Projeto Político Pedagógico

PSE- Programa Saúde na Escola

RN- Rio Grande do Norte

RS- Rio Grande do Sul

Saeb- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SC- Santa Catarina

SPE- Saúde e Prevenção nas Escolas

SUS- Sistema Único de Saúde

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM- Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

URCAMP- Universidade da Região da Campanha

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 -	Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa-UFSM.....	114
Anexo 2 -	Questionário aplicado às professoras na primeira etapa.....	115
Anexo 3 -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	117

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa e Justificativas	13
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Saúde: promoção, prevenção e educação	18
2.2 A Saúde no Sistema Educacional Brasileiro	21
2.2.1 Educação para a Saúde no Contexto Escolar.....	25
2.2.2 Políticas Públicas sobre Saúde na Escola.....	26
2.3 A Saúde e os Parâmetros Curriculares Nacionais	30
2.3.1 Bloco Temático “Ser Humano e Saúde”.....	33
2.3.2 Tema Transversal Saúde.....	34
3. METODOLOGIA E RESULTADOS	37
3.1 Manuscrito 1- Tema Transversal saúde no contexto escolar: análise da formação e da prática pedagógica unidocente	39
3.2 Manuscrito 2- A Saúde enquanto Tema Transversal nos livros didáticos de Ciências para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	66
3.3 Manuscrito 3- Educação para a saúde nos Anos Iniciais da Educação Básica: um relato de experiência	88
4. CONCLUSÕES	100
5. PERSPECTIVAS	103
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS	113

APRESENTAÇÃO

O gosto pela atividade de exercer a docência parece-me inato, embora não tenha ainda concretizado-a de maneira profissional. Após ingressar no curso de Fisioterapia tomei conhecimento sobre as diversas áreas de atuação desse profissional inclusive no contexto escolar e como docente universitário, o que me deixou muitíssimo feliz. Neste contexto, surgiu a oportunidade de participar do Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ) onde acompanhei e participei de projetos em nível de mestrado e doutorado relacionados à saúde no ambiente escolar levando-me a conduzir o trabalho de conclusão de curso para o universo da educação, especificamente sobre as contribuições da fisioterapia para a inclusão de escolares com necessidades educacionais especiais na a óptica de professoras que atuam em salas de recursos pedagógicos. Assim, o interesse pelas áreas, educação e saúde, passou a ser ascendente.

O tema da presente dissertação, que na sequência será apresentada, em momento algum foi duvidoso, entretanto o foco com que a mesma iria ser conduzida passou por diversas modificações. Considerando meu conhecimento empírico, vivências, inquietações e preocupações, este estudo objetivou investigar como a saúde estava sendo tratada nas escolas do município de Uruguaiana-RS, onde sempre residi. Como profissional formado para atuar predominantemente no processo de recuperação acredito francamente no poder das ações de promoção e prevenção desde o período de escolarização. Ao mesmo tempo, quando estava no último semestre de graduação fui bolsista de iniciação científica do Programa Observatório da Educação o que conduziu ao público-alvo deste estudo, Anos Iniciais em escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A área “educação e saúde”, melhor esclarecendo, que utiliza a educação como ferramenta para manter ou obter saúde, não é consensual principalmente no que se refere a sua nomenclatura e significados. No decorrer deste estudo encontrei *educação higiênica, educação sanitária, educação da saúde, health education, educação em saúde, educação para a saúde, educação e saúde* como as diferentes formas. As primeiras refletem as mudanças ocorridas no cenário histórico, *educação em saúde* é a expressão mais utilizada no contexto brasileiro enquanto que

educação para a saúde é mais adotada no contexto de Portugal, todavia também é a forma apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil.

Os diversos estudiosos da área adotam uma expressão em seus trabalhos, o mesmo farei aqui. A minha escolha é *educação para a saúde*, no sentido de promoção da saúde e prevenção, pois compreendo que são ações realizadas para que o sujeito possa sempre obter saúde, estando doente, enfermo ou saudável o intuito é atingir níveis saudáveis para bem viver. Todavia, as diversas denominações estarão presentes no decorrer do texto como fidelidade as citações dos diferentes autores.

A presente dissertação de mestrado será apresentada inicialmente com uma breve introdução sobre o assunto juntamente com o problema de pesquisa, justificativas e objetivos. Na sequência faço um resgate teórico do universo em que esta pesquisa está inserida. No item metodologia e resultados apresento em formato de manuscritos como o estudo foi desenvolvido e os resultados obtidos, os manuscritos encontram-se formatados conforme as revistas científicas para as quais serão submetidos. Por fim, apresento as conclusões da dissertação como um todo envolvendo os três trabalhos realizados, as perspectivas para estudos futuros e as referências bibliográficas das citações encontradas nos itens introdução e referencial teórico.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problema de Pesquisa e Justificativas

Educação e saúde são direitos constitucionalmente assegurados a todos e dever do Estado sendo inegável a relevância de ambas para a qualidade de vida humana e social. No final do século XIX e início do século XX, devido a mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas ocorridas no País, as condições sanitárias e surtos epidêmicos passaram a serem ameaçadores sendo necessárias intervenções na saúde da população (PELICIONI e PELICIONI, 2007; BOARINI e YAMAMOTO, 2004). Nessa conjuntura a educação é vista como um importante mecanismo de normalização de comportamentos das classes populares.

Desde então considera-se que ambas, educação e saúde, são inseparáveis e interdependentes assim, surgiu o que denomina-se no presente estudo de Educação para a Saúde (EpS), cabe esclarecer que a concepção e nomenclatura desta área foram se moldando com o passar do tempo de acordo com as transformações ocorridas no contexto histórico e social. Compreende-se atualmente por EpS uma proposta que tem como finalidade desenvolver no indivíduo e no grupo a capacidade de analisar de forma crítica a sua realidade acerca da saúde como também de decidir ações conjuntas para resolver problemas e modificar situações, de modo a organizar, realizar a ação e avaliá-la com espírito crítico (SANTOS, 2006).

No que se refere ao contexto escolar, na fase denominada de higienismo o diretor do Departamento Nacional da Saúde Pública sugeriu que os programas das escolas primárias deveriam incluir os novos hábitos de higiene impostos a população para que não fosse necessário modificá-los no adulto. Nesse momento a infância era apontada como o período ideal para a criação de hábitos que possibilitariam a higienização dos indivíduos (SOUZA e JACOBINA, 2009). A partir dessa época a escola passou a ser vista com um espaço importante para ações de EpS sendo responsabilizada também para assumir essa demanda.

Segundo os Cadernos de Atenção Básica sobre saúde na escola, do Ministério da Saúde, a escola é um importante espaço para o desenvolvimento de ações de EpS entre crianças e adolescentes. Distingue-se das demais instituições

por ser aquela que oferece a possibilidade de educar por meio da construção de conhecimentos resultantes do confronto dos diferentes saberes: os contidos nos conhecimentos científicos; os trazidos pelos alunos e seus familiares; os divulgados pelos meios de comunicação; e os trazidos pelos professores (BRASIL, 2009). A escola também é considerada um ambiente propício para a abordagem da temática saúde, pois sua história está indissoluvelmente ligada ao exercício da cidadania, a ciência que a escola ensina está impregnada de valores que buscam promover determinadas condutas, atitudes e determinados interesses (BRASIL, 2013). Além disso, consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica que a escola constitui a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria da população, dado esse que aumenta a responsabilidade do Ensino Fundamental (BRASIL, 2013).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tem sido um desafio para a educação garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida, as experiências mostram que o modo como as questões de saúde são abordadas (transmissão de informações) nas escolas não é suficiente para que os alunos obtenham uma vida saudável, por isso é necessário educar considerando os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia a dia da escola (BRASIL, 1997d). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica também apontam que há a necessidade de superar o caráter fragmentário das áreas buscando uma integração no currículo que possibilite tornar os conhecimentos abordados mais significativos para os educandos e favorecer a participação ativa dos alunos (BRASIL, 2013). Para que isso se concretize os PCNs propõem que a saúde deva ser tratada como um Tema Transversal, o que implica em uma formação compromissada com a cidadania e em uma prática que faz relação com o cotidiano do aluno, visando uma EpS efetiva. Como consta nos PCNs os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana devendo ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola (BRASIL, 1997a).

Considerando os aspectos apresentados, a indiscutível importância do tema, a forte relação da saúde com o ensino de Ciências e o interesse pessoal/profissional em aprofundar o conhecimento sobre a área da EpS este estudo tem o seguinte

problema de pesquisa: *Qual o espaço ocupado pela temática saúde nos Anos Iniciais da Educação Básica?*

Assim, são levantados cinco questionamentos para conduzir esta pesquisa:

- a) Os professores estão trabalhando sobre assuntos relacionados à saúde?
- b) A saúde é abordada como um Tema Transversal?
- c) Os professores possuem formação e preparação suficientes?
- d) O livro didático aborda a saúde enquanto um Tema Transversal?
- e) O que os educandos compreendem por saúde?

Como público-alvo foram selecionados os principais atores dos Anos Iniciais no ambiente escolar, alunos, educadores e livros didáticos. A opção para o trabalho nesta etapa da escolarização se deve ao fato dos alunos encontrarem-se na infância, um período extremamente importante para o desenvolvimento de um estilo de vida saudável, uma vez que os comportamentos adquiridos nesta fase tendem a ser perpetuados por toda a vida, como afirmam Langness, Richter e Hurrelmann (2005). Logo, é necessária a presença de assuntos relacionados à saúde desde essa etapa e nesse contexto o professor é o grande responsável sendo essencial uma formação e preparação suficientes para a realização de um trabalho com qualidade e condizente com o proposto pela legislação. Ainda, nos PCNs consta que o trabalho com questões sociais exige que os educadores estejam preparados para lidar com as ocorrências inesperadas do cotidiano (BRASIL, 1997a). Além disso, o livro didático foi e continua sendo um dos principais fatores que influenciam o trabalho pedagógico, determinando sua finalidade, definindo o currículo, cristalizando abordagens metodológicas e quadros conceituais (VIEIRA, 2004).

Referente ao cenário foram eleitas as escolas do município de Uruguaiana-RS que obtiveram os mais baixos rendimentos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado em 2009. O IDEB é considerado como o principal indicador para medir a qualidade da educação brasileira e reúne dois fatores importantes, o fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão, medidas pelo Censo Escolar) e o desempenho dos alunos nas avaliações como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Prova Brasil, realizados a cada dois anos ao final do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio (CASTRO, 2009; PAZ e RAPHAEL, 2010). A combinação entre

fluxo e desempenho resulta em uma média que varia de 0 a 10,0 e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estabelece que o Brasil obtenha uma média 6,0 para os Anos Iniciais em 2022, ano do bicentenário da Independência, a fim de atingir desempenho similar aos países desenvolvidos (INEP, 2011a).

Enquanto algumas escolas ultrapassam o esperado para o ano de 2022 as outras, isto é, a maioria se esforça para conseguir atingir ou se aproximar das metas projetadas, o que mostra a baixa qualidade da Educação Básica no País e os primeiros anos da escolarização são apontados como cruciais para o bom desempenho escolar (BRASIL, 2010). Portanto, escolas com baixo IDEB tornam-se importante alvo de investigações e intervenções com o intuito de contribuir positivamente para a mudança desse cenário.

A justificativa para escolha do ano 2009 é por este estudo ter recebido apoio financeiro do Programa Observatório da Educação por meio de um projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aprovado no edital 038/2010 logo, quando esse projeto obteve aprovação o último resultado divulgado do IDEB era o de 2009. O Programa Observatório da Educação tem como um dos seus objetivos estimular a utilização de dados estatísticos educacionais produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como subsídio ao aprofundamento de estudos sobre a realidade educacional brasileira diante disso, este estudo se propôs a investigar sobre o Tema Transversal saúde em escolas públicas uruguaianenses.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como o Tema Transversal saúde está sendo veiculado no contexto dos Anos Iniciais de escolas públicas estaduais com baixo rendimento na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Averiguar a formação acadêmica dos professores atuantes nos Anos Iniciais da Educação Básica em relação à temática saúde;
- Investigar aspectos da prática pedagógica unidocente frente ao Tema Transversal saúde;
- Analisar os conteúdos relativos à saúde em livros didáticos de Ciências para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Verificar a presença da saúde enquanto um Tema Transversal nos livros didáticos de Ciências para os Anos Iniciais;
- Identificar as percepções dos estudantes, 1º ao 5º ano, sobre saúde;
- Proporcionar aos alunos atividades educativas para a promoção da saúde no contexto escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Saúde: promoção, prevenção e educação

O termo saúde provém do latim *salute* que significa “salvação”, “conservação da vida” (FERREIRA, 1999). De acordo com Scliar (2007) o conceito de saúde não tem o mesmo significado para todas as pessoas, esse é um reflexo da conjuntura social, econômica, política e cultural e dependerá da época, do lugar, classe social, valores, concepções científicas, filosóficas e religiosas.

Assim, desde os tempos remotos a definição para a saúde esteve sempre relacionada como oposta a doença. Por durante muito tempo a saúde era entendida como uma concepção mágico-religiosa, os povos primitivos criavam sistemas de crenças, lendas, mitos e ritos mágicos religiosos para explicar o aparecimento das doenças e da morte. A doença resultava da ação de forças alheias ao organismo que se introduziam por causa do pecado ou maldição (SCLIAR, 2007). Posteriormente na Grécia, a concepção hipocrática ou humoral é criada por Hipócrates, a doença não era mais vista como vontade dos deuses ou fruto da magia e sim resultante de processos naturais. A saúde era considerada como fruto do equilíbrio de fatores internos (humores) e externos (contexto social e ambiental) (SEVALHO, 1993).

Na sequência, persistiu a crença na teoria dos miasmas, a doença seria causada por certos odores venenosos, gases ou resíduos nocivos que se originavam na atmosfera ou a partir do solo, essas substâncias seriam posteriormente arrastadas pelo vento até um possível indivíduo que acabaria por adoecer. Essa crença permaneceu até o século XIX, pois as preocupações com a limpeza haviam diminuído e não havia medidas sanitárias (ALMEIDA, 2011). Logo, a origem das doenças estava relacionada com as más condições de higiene e do ambiente. No final do século XIX surge a teoria microbiana, Louis Pasteur e seus seguidores identificam a existência de microorganismos causadores de doença (fatores etiológicos) e a partir disso as doenças poderiam ser prevenidas e curadas (ALMEIDA, 2011; SCLIAR, 2007).

Segundo Mendes (2008) até o século XIX a saúde foi compreendida como ausência de doença. Após o término da Segunda Guerra Mundial, no século XX, surge a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e pôde ser estabelecido um conceito de saúde universal, até então inexistente (CORT, 2007; SCLIAR, 2007). De acordo com a OMS, em sua Carta Magna de 07 de abril de 1948, a saúde é definida como “um estado do mais completo bem estar físico, mental e social e não apenas ausência de enfermidade” (SCLIAR, 2007).

Muito tempo depois, em 1978, foi realizada a Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde da qual resulta a Declaração de Alma-Ata, essa acrescenta ao conceito da OMS a necessidade de prevenção e promoção da saúde para todas as pessoas em todo o mundo tendo como base a equidade social, a garantia de saúde pública, a responsabilidade política e a destacada importância da assistência primária (SOUSA, 2005; ANTUNES, 2008). Em 1986, ocorreu a VIII Conferência Nacional de Saúde e ampliou o conceito de saúde, a mesma resultaria das condições de alimentação, moradia, educação, renda, lazer, liberdade, transporte, emprego, meio ambiente, trabalho, acesso e posse de terra, acesso a serviços de saúde e principalmente resultado das formas de organização social (BRASIL, 1986; LUNARDI, 1999).

Além da ampliação do conceito de saúde, a conferência propôs que o direito à saúde significava a garantia de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário a serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade, essa garantia seria mantida pelo Estado (BRASIL, 1986). As propostas inscritas nessa conferência subsidiaram em grande medida a Seção Saúde da Constituição Federal Brasileira de 1988. Desse modo, a partir da Constituição de 1988 foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) (IERVOLINO, 2000).

O SUS é o sistema público de saúde brasileiro o qual garante o direito da população, conforme a Lei Orgânica da Saúde 8080/1990 o sistema é constituído por um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais e ainda tem como objetivo, dentre outros, a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e

recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, segundo a Carta de Ottawa (1986), a promoção da saúde é entendida como o processo de capacitação dos indivíduos e da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, no sentido de melhorá-la, incluindo uma maior participação no controle deste processo. De acordo com Leavell e Clarck (1976) a promoção da saúde define-se de maneira mais ampla que a prevenção, pois se refere a medidas que não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem estar gerais. Para Buss (1999) a promoção da saúde propõe a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, de diversos setores, para o enfrentamento e a resolução dos problemas de saúde e seus determinantes. Conforme a Política Nacional de Promoção da Saúde a promoção da saúde é entendida como uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso País, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle sociais na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2006a).

No que se refere à prevenção, para Souza e Grundy (2004) o conceito baseia-se na compreensão dos riscos ou da probabilidade da pessoa se tornar doente, sendo que a efetivação de estratégias preventivas está vinculada ao índice e/ou prevalência de doenças na região em que vive uma comunidade assim, as intervenções almejam evitar determinadas doenças. Segundo Leavell e Clarck (1976) e Czeresnia e Freitas (2003) a prevenção exige uma ação antecipada baseada no conhecimento da história natural a fim de tornar improvável o progresso posterior da doença, seu objetivo é o controle da transmissão de doenças infecciosas e a redução do risco de doenças degenerativas ou outros agravos específicos.

O quadro apresentado a seguir é uma adaptação do esquema comparativo entre promoção e prevenção, para auxiliar a diferenciação prática, criado inicialmente por Suchocka e Kovess-Masféty (2006) e traduzido por Staliano e Araújo (2011).

Itens	Promoção da Saúde	Prevenção de Doenças
Para que?	aumentar o bem estar pessoal e coletivo	diminuir incidência de determinada doença
Como?	desenvolvendo fatores de resistência e condições favoráveis a saúde	eliminando ou reduzindo fatores de risco
Para quem?	população geral	população geral e grupos vulneráveis
Quando?	a todo momento	a todo momento

Quadro 1 – Caracterização de promoção da saúde e prevenção de doenças

Nesse contexto, a abordagem educativa deve estar presente em todas as ações para promover a saúde e prevenir as doenças facilitando a incorporação de ideias e práticas corretas que passem a fazer parte do cotidiano das pessoas de forma a atender suas reais necessidades (PELICIONI e PELICIONI, 2007). Em conformidade com Candeias (1997) entende-se por educação em saúde quaisquer combinações de experiências de aprendizagem delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde. A educação em saúde é uma prática social, cujo processo contribui para a formação da consciência crítica das pessoas a respeito de seus problemas de saúde, a partir da sua realidade, e estimula a busca de soluções e organização para a ação individual e coletiva (BRASIL, 2007b).

2.2 A Saúde no Sistema Educacional Brasileiro

Historicamente em nosso País desde a fase denominada de higienismo a escola passou a ser vista como um espaço para serem estimulados hábitos saudáveis desde a infância. No entanto, a partir da década de 70 por meio da lei 5.692/1971 passa a ser obrigatória a inclusão de Programas de Saúde nos currículos de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971). Os Programas propostos por essa lei foram orientados e direcionados pelo Parecer 2.264, aprovado em agosto de 1974

pelo Conselho Federal de Educação (BAGNATO, 1990; MONTEIRO e BIZZO, 2011).

Segundo o Parecer 2.264/74 os Programas de Saúde tinham o objetivo de levar a criança e o adolescente ao desenvolvimento de hábitos saudáveis quanto à higiene pessoal, alimentação, prática desportiva, ao trabalho e ao lazer, permitindo-lhes a sua utilização imediata no sentido de preservar a saúde pessoal e a dos outros (BRASIL, 1974). Ainda, conforme essa legislação os Programas não deveriam ser trabalhados como disciplina, mas sim de modo pragmático e contínuo por meio de atividades que contribuíssem para a formação de condutas e para a aquisição de conhecimentos e valores capazes de incentivar comportamentos que levassem os alunos a tomar atitudes corretas no campo da saúde (ZANCUL e GOMES, 2011).

Bagnato (1990) relata que os objetivos dos Programas para o 1º grau eram o desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico e de suas aplicações. Sobre os conteúdos propostos pelo Parecer, esses deveriam variar de acordo com as diversidades de situações em que seriam ensinados, pois para muitas crianças o 1º grau era o único ensino formal logo, deveriam ser ofertados conhecimentos básicos de saúde para prosseguirem conscientemente para as etapas posteriores de suas vidas. Em relação à organização dos Programas de Saúde, era citada a estrutura em espiral, a abordagem interdisciplinar e o conjunto de temas unificadores das diferentes séries (BAGNATO, 1990).

De acordo com Gomes e Vieira (2010) os Programas eram compostos da disciplina “Programa de Saúde”, sob responsabilidade do professor de Ciências e a “Prática de Saúde”, desenvolvida pelos técnicos de saúde em uma visão biopsicossocial. Do mesmo modo, Bagnato (1990) e Lomônaco (2004) também afirmam que com a política de inserção dos Programas de Saúde na escola as responsabilidades desse campo de atividade escolar tornaram-se ainda maiores, cabendo à mesma a responsabilidade de oferecer formalmente oportunidades que possibilitassem o desenvolvimento do aluno e de sua saúde. Apesar do Parecer não prever tal configuração, para cumprir as exigências legais, as escolas atrelaram os Programas de Saúde ao ensino de Ciências como disciplina ministrada pelo professor da respectiva disciplina. Zancul e Gomes (2011) relatam que nesse contexto o ensino de saúde era predominantemente centrado nos seus aspectos

biológicos, os conteúdos de saúde eram trabalhados com uma abordagem focada na transmissão de informações sobre doenças, seus ciclos, sintomas e profilaxias.

Posteriormente, na década de 90, ocorre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 na qual os Programas de Saúde não integram o seu texto, não sendo mais obrigatórios no currículo escolar. De acordo com essa lei a Educação Básica, da qual o Ensino Fundamental é parte integrante, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996). Para isso, essa legislação prevê que os currículos devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, em 1997 são publicados os PCNs para o 1º e 2º ciclos correspondentes atualmente aos Anos Iniciais. Nesses parâmetros, os quais são optativos para guiar os currículos da educação brasileira, a saúde é apresentada para ser abordada como bloco temático também na disciplina de Ciências Naturais e como novidade a mesma foi apresentada como um dos seis Temas Transversais, devendo perpassar todas as áreas do conhecimento.

A seguir são apresentados alguns trabalhos os quais retratam o cenário brasileiro nos últimos anos em relação ao tema saúde no cotidiano escolar.

Mohr (2002) analisou a atividade didática na área da educação em saúde (ES) de professores de ciências nos 3º e 4º ciclos das redes de ensino público do município de Florianópolis-SC. Constatou falta de formação inicial para o trabalho do professor com a temática; a maioria dos professores participou de cursos de formação continuada; a ES é apenas realizada pelos professores de Ciências; os professores reconhecem que os assuntos relacionados à saúde despertam a atenção e a participação dos alunos; a ES não é uma atividade desenvolvida coordenada ou articuladamente no projeto pedagógico escolar; as escolas convidam instituições e profissionais para darem palestras sobre saúde; a minoria dos professores propõe a interação da escola com serviços de saúde; um expressivo número de professores executa atividades práticas e trabalhos de saída de campo; a presença do livro didático nas aulas ou como material de apoio e organização do professor é frequente.

Paz (2006) investigou o lugar e o sentido da saúde na escola (1ª a 4ª série) entrevistando 24 professores e 06 coordenadores pedagógicos da rede pública de ensino do Distrito Federal. A pesquisadora encontrou que no ano de 2005 a saúde foi tema de pesquisa somente nas turmas de 2ª série em apenas duas das quatro escolas participantes do estudo, verificou também que o lugar da saúde na escola não é facilmente identificado pelos profissionais, ela pode estar aqui, ali, acolá, na caixinha da disciplina de Ciências ou solta pela vida mesmo.

Dias (2010) objetivou conhecer se 18 professores do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal de Maceió-AL abordaram a ES em suas disciplinas no ano letivo de 2009. Analisando as respostas dos sujeitos 94,7% dos entrevistados consideraram importante a abordagem do tema saúde em suas aulas, enquanto apenas 5,3% não consideraram; 78,9% responderam que introduziram a ES em suas aulas tendo abordado este tema de forma pontual e sem um planejamento em conjunto com os demais professores, alunos, comunidade e unidades de saúde; 89,5% consideraram fácil a introdução da ES em suas aulas, enquanto 10,5% ainda sentiam alguma dificuldade para tratar este tema.

Dambros et al. (2011) realizou um estudo de caso em uma escola pública de Uruguaiana-RS com o intuito de investigar as dificuldades percebidas por professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para trabalhar o tema saúde. Como resultado todas as professoras apontaram mais de uma dificuldade sendo identificadas cinco categorias: a baixa condição de vida da família, a falta de apoio da família, a falta de capacitação profissional dos professores, as dificuldades particulares dos alunos e a necessidade de alfabetizar os alunos.

Krug et al. (2012) identificaram em uma escola do município de Santa Maria-RS, através de entrevista e questionário com professores e alunos, que as disciplinas de Ciências e Educação Física eram as que mais se preocupavam em abordar conteúdos de ensino relacionados à saúde, sendo os conteúdos alimentação, nutrição, atividade física e promoção da saúde os mais trabalhados pelos professores; aproximadamente 50% dos professores trabalhavam os conteúdos de forma interdisciplinar; quanto aos recursos didáticos notou-se que os mais utilizados pelos professores eram os jornais e revistas seguidos de internet e jogos.

Marinho e Silva (2012) entrevistaram 12 professores atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Rio Grande-RS a fim de

compreender como esses concebem o ensino de questões correlatas à saúde na escola. Os autores encontraram que os professores ao se referirem sobre o trabalho com a temática da saúde mencionaram o desenvolvimento de atividades relacionadas às práticas de higiene e de alimentação; perceberam que a saúde está associada em grande parte ao ensino de Ciências; situações práticas, corriqueiras do dia a dia são vistas pelos docentes como um importante momento para se trabalhar com a temática; as questões de saúde são abordadas pelos professores, mas não contam com um planejamento apropriado.

Pasquali (2013) em seu estudo analisou a aplicabilidade do Tema Transversal saúde no Ensino Fundamental público de Santa Maria-RS e como resultados verificou que o mesmo é pouco desenvolvido nas escolas, principalmente pelos docentes dos Anos Finais; a proposta de transversalidade parece ser cumprida por uma minoria de educadores composta principalmente por atuantes nos Anos Iniciais; os docentes dos Anos Iniciais se sentem com mais condição de desenvolver o Tema Transversal saúde, embora a grande maioria admita não estar totalmente preparada para essa atuação; os docentes pesquisados mostraram não possuir um conhecimento adequado sobre os PCNs e, mais da metade, alegaram receber nenhum tipo de formação para desenvolver o tema saúde no âmbito educacional; dentre as dificuldades apontadas quando buscam desenvolver o tema a mais citada foi a falta de material pedagógico adequado ao assunto e para cada série.

2.2.1 Educação para a Saúde no Contexto Escolar

A OMS (1997) também reconhece a necessidade de se trabalhar o processo saúde-doença no ambiente escolar, o que se pode fazer através da ES. A ES na escola é o processo pelo qual se pretende colaborar com a formação de uma consciência crítica no escolar que resulte na aquisição de práticas visando a promoção, manutenção e recuperação da própria saúde e da saúde da comunidade da qual faz parte (FOCESI, 1992). Para Mohr (2002) ES designa atividades realizadas como parte do currículo escolar, que tenham uma intenção pedagógica definida, relacionada ao ensino aprendizagem de algum assunto ou tema relacionado com a saúde individual ou coletiva.

A EpS como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões

relativas à saúde individual e coletiva, deve também promover motivação e a capacitação para o autocuidado assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social (GOLDSCHMIDT e LORETO, 2012).

O contexto escolar é o local onde as crianças passam grande parte de sua vida e atua de maneira significativa na formação de opiniões e na construção de caráter, sendo um local de referência para a implementação e realização de intervenções que visem a educação e conscientização (CAMPOS, ZUANON e GUIMARÃES, 2003). Segundo Burghardt, Devaney e Gordon (1995) a maioria das crianças e adolescentes permanecem no mínimo de 4 a 5 horas dentro da escola que é quando o aprendizado é sedimentado e os hábitos familiares podem sofrer influências a partir das informações aprendidas.

O Ministério da Saúde (2002) compreende que o período escolar é fundamental para se trabalhar saúde na perspectiva de sua promoção, desenvolvendo ações para a prevenção de doenças e para o fortalecimento dos fatores de proteção, pois além da escola ser o espaço em que as crianças vivem momentos em os hábitos e as atitudes estão sendo criados ela também tem uma função pedagógica específica, tem uma função social e política voltada para a transformação da sociedade, relacionada ao exercício da cidadania e ao acesso às oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem.

De acordo com Gomes (2009) a implementação da EpS na escola é especialmente defendida pelos seguintes motivos:

- Pelo facto de todas as crianças de um país passarem pelo sistema de ensino. Dificilmente algum programa de Educação para a Saúde implementado noutra local, atinge tanta gente, como os programas de Educação para a Saúde aplicados na escola;
- Porque os resultados de numerosas investigações mostram claramente que as raízes do nosso comportamento (o nosso modo de vida) no plano sanitário (e não só) se situam na infância e adolescência;
- Porque ao fazer Educação para a Saúde na escola estamos a atingir indivíduos em fase de formação física, mental e social que ainda não tiveram, muitas vezes, oportunidade de adquirir hábitos insanos e que são muito mais receptivos à aprendizagem de hábitos e assimilação de conhecimentos.

2.2.2 Políticas Públicas sobre Saúde na Escola

Denominam-se políticas públicas o conjunto de ações do governo desenvolvidas para atender os problemas sociais em diversas áreas como, por

exemplo, educação e saúde. No que segue serão elucidadas algumas dessas políticas acerca da saúde no contexto escolar.

a) Escolas Promotoras de Saúde – EPS:

As Escolas Promotoras de Saúde (EPS) constituem uma iniciativa de caráter mundial que tem como antecedente a Rede Européia de Escolas Promotoras de Saúde, articulada pela OMS em 1992. Foram lançadas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) na região da América Latina e do Caribe em 1995 (CERQUEIRA, 2002). Ippolito-Shepherd (2005) aponta que as EPS nasceram com o compromisso de incentivar os países membros da OPAS a fomentarem programas e ações que favorecessem a formação das futuras gerações de jovens com o objetivo de prover-lhes conhecimento, destreza e competências necessárias à promoção e manutenção de sua saúde, sendo essa atitude extensiva para sua família e comunidade.

Para Afonso, Tavares e Luiza (2013) a estratégia das EPS refere-se a possibilidade de mudança que articula o espaço escolar com a convivência e solidariedade social entre os diversos segmentos da sociedade, sendo uma forma de discutir, refletir e transformar a realidade local na perspectiva da promoção da saúde. Em concordância com Pelicioni e Torres (1999) a EPS tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento das potencialidades físicas, psíquicas e sociais dos escolares da Educação Básica, a partir de ações pedagógicas de promoção da saúde, prevenção e da conservação do meio ambiente, dirigidas à comunidade. Ainda, conforme a OPAS (1998) a EPS procura desenvolver conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado da saúde e a prevenção das condutas de risco em todas as oportunidades educativas; fomenta uma análise crítica e reflexiva sobre os valores, condutas, condições sociais e estilos de vida, buscando fortalecer tudo que contribui para a melhoria da saúde e do desenvolvimento humano; facilita a participação de todos os integrantes da comunidade escolar na tomada de decisões; colabora na promoção de relações socialmente igualitárias entre as pessoas, na construção da cidadania e democracia e reforça a solidariedade, o espírito de comunidade e os direitos humanos.

Segundo Ippolito-Shepherd (2005) e Jones e Furner (1998) uma EPS se fundamenta em três componentes principais: a EpS, a criação e manutenção de

espaços saudáveis e o acesso aos serviços de saúde, alimentação saudável e vida ativa. Silva (1997) afirma a EPS deve ser inclusiva e garantir participação efetiva de todos os atores envolvidos, com o objetivo de criar atitudes e ambientes mais saudáveis, desenvolver habilidade e estimular a tomada de decisões por meio da co-responsabilização.

A implantação da EPS implica em atividades intersetoriais entre a instituição educativa, o setor saúde e a comunidade, com identificação das necessidades e linhas de enfrentamento pelos próprios envolvidos (CARDOSO, REIS e IERVOLINO, 2008).

b) Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE:

O projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) teve seu início no ano de 2003 por iniciativa intersetorial dos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (pela Coordenação Nacional de DST/AIDS) com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e especialistas da área (GOMES e VIEIRA, 2010). O SPE representa um marco na integração saúde-educação e privilegia a escola como espaço para a articulação das políticas voltadas para adolescentes e jovens mediante a participação dos sujeitos desse processo: estudantes, famílias, profissionais da educação e da saúde (BRASIL, 2006b).

O objetivo central é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, visando reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis (DST), à infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), à síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e à gravidez não planejada ou indesejada por meio do desenvolvimento articulado de ações nos âmbitos das escolas e das unidades básicas de saúde (BRASIL, 2006b).

Gomes e Vieira (2010) relatam que o SPE desenvolve atividades de formação integrada de profissionais de saúde e educação, estimula a participação juvenil e a formação de jovens multiplicadores para as ações de educação para a sexualidade em todo o Brasil e ainda, contribui com a elaboração de materiais de referência para ser utilizado nos níveis locais, além de disponibilizar insumos de prevenção (preservativo masculino).

Na sequência, algumas das finalidades do projeto de acordo com as Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas:

- Ampliar parcerias entre escola, instituições governamentais e instituições não governamentais visando à integração de esforços para a formação integral do educando.
- Fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores da realidade.
- Apoiar ações de formação continuada para profissionais de educação e saúde para responder às diferentes situações relacionadas à vivência da sexualidade no cotidiano dos adolescentes e jovens escolarizados.
- Contribuir para a redução da evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência.
- Ampliar os recursos da escola para que desempenhe seu papel democrático no respeito e convívio com as diferenças.
- Fomentar a inserção das temáticas relacionadas à educação no campo da sexualidade ao cotidiano da prática pedagógica dos professores.
- Promover a ampliação da capacidade de acolhimento das demandas em saúde da população jovem nas Unidades Básicas de Saúde.
- Desenvolver ações inclusivas, considerando as pessoas com necessidades educacionais especiais, de modo a favorecer a vivência da sua sexualidade com autonomia e proteção social.
- Promover a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possibilitem a acessibilidade de jovens com deficiência auditiva e visual, prevendo a publicação desses intérpretes.
- Construir redes para a troca de experiências entre participantes do Projeto nos diversos estados e municípios brasileiros (BRASIL, 2006b).

C) Programa Saúde na Escola - PSE:

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído por Decreto Presidencial nº 6.286 em dezembro de 2007, resulta do trabalho integrado entre o Ministério da Saúde e o MEC com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde (BRASIL, 2008). As ações acontecem no ambiente escolar e unidades básicas de saúde e são realizadas pelas Equipes de Saúde da Família e profissionais da educação (GOMES e VIEIRA, 2010).

Em seu artigo 4º o Decreto 6.286 cita as seguintes ações previstas no âmbito do PSE: avaliação clínica; avaliação nutricional; promoção da alimentação saudável; avaliação oftalmológica; avaliação da saúde e higiene bucal; avaliação auditiva; avaliação psicossocial; atualização e controle do calendário vacinal; redução da morbimortalidade por acidentes e violências; prevenção e redução do consumo do álcool; prevenção do uso de drogas; promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva; controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer; educação permanente em saúde; atividade física e saúde; promoção da cultura da prevenção no âmbito escolar; inclusão de temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas (BRASIL, 2007a).

Para que o PSE alcance seus objetivos é primordial a prática cotidiana da intersectorialidade nos campos da gestão, do planejamento, dos compromissos dos dois setores e da abordagem nos territórios onde se encontram as unidades escolares e as Equipes de Saúde da Família (BRASIL, 2011b). Conforme consta no documento Passo a Passo PSE para a implementação das ações previstas no Programa são essenciais os processos de formação inicial e continuada dos profissionais das duas áreas, já previstos pelas políticas de saúde e educação (BRASIL, 2011b). Ainda, o documento ressalta que a escola contemplada pelo PSE deve funcionar de modo que as atividades em saúde a serem desenvolvidas devam fazer parte do projeto político pedagógico escolar, atendendo às expectativas dos professores e, principalmente, dos educandos. As temáticas a serem trabalhadas devem ser debatidas em sala de aula pelos professores, assessorados/orientados pelo pessoal da saúde ou diretamente por profissionais de saúde previamente agendados e com o apoio dos professores (BRASIL, 2011b).

2.3 A Saúde e os Parâmetros Curriculares Nacionais

De acordo com Coraggio (1998) e Bianchetti (1996) a gênese constitutiva dos PCNs está intimamente relacionada ao processo de implementação de políticas educacionais que visam reformular o sistema educacional dos países em desenvolvimento, tendo como pressuposto o atendimento das exigências do processo de globalização e de desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil. Segundo Neto (2009) no contexto das reformas educacionais brasileiras dos anos 1990 os PCNs foram elaborados como uma resposta às exigências de organismos internacionais no sentido de sintonizar as políticas curriculares brasileiras com os interesses e estratégias dos órgãos financiadores internacionais, configurando-se com isso uma maior sujeição das políticas educacionais brasileiras às diretrizes políticas impostas por essas entidades.

Após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, surgiram propostas voltadas para o cumprimento das necessidades básicas de aprendizagem e para a universalização do acesso à educação fundamental (NETO, 2009). Na seqüência, em 1993 ocorreu a Semana Nacional de Educação para Todos em Brasília e, a partir desse encontro, o MEC coordenou a elaboração do

Plano Decenal de Educação para Todos então, em sintonia com a Constituição de 1988, o Plano reafirmou a obrigação do Estado em elaborar parâmetros curriculares que orientassem as ações educacionais na trilha dos ideais democráticos e na busca da qualidade (NETO, 2009).

Nessa perspectiva, em 1995 o MEC encaminhou para professores e acadêmicos de várias instituições do País uma versão preliminar dos PCNs com a finalidade de consulta e avaliação dos mesmos (BONAMINO e MARTÍNEZ, 2002). A primeira versão dos PCNs foi elaborada por equipes especialmente contratadas pela Secretaria de Educação Fundamental compostas por professores com exercício no Ensino Fundamental contando com a assessoria de professores especialistas (SOARES et al., 1997). Após os pareceres recebidos e as conclusões de encontros com especialistas, acadêmicos e professores o MEC reelaborou a versão preliminar dos PCNs, considerando as observações, críticas e sugestões encaminhadas e apresentou a nova versão para o Conselho Nacional de Educação em setembro de 1996, para que deliberasse sobre a proposta (BONAMINO e MARTÍNEZ, 2002).

Neste mesmo contexto histórico neoliberal de políticas de privatização e de mercadorização da educação, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira começou a ser construída desde o início da década de 1990 e sua promulgação ocorreu em 20 de dezembro de 1996, recebendo a denominação de Lei 9.394/96 (FIGUEIRÓ, 2005). Essa Lei teve o propósito de definir e regularizar o sistema de educação nacional com base nos princípios constitucionais e serviu de base para o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas educacionais, entre as quais os PCNs, que esboçaram processos de formação docente e discente direcionados para o aprendizado contínuo e para a construção de competências e habilidades consideradas necessárias a um bom desempenho pedagógico (LESSA, 2012).

Logo, através do Parecer Nº 3/97 do Conselho Nacional de Educação, os PCNs foram aprovados após as seguintes conclusões dos relatores:

1. Os PCN apresentam princípios educativos e uma proposta de articulação entre objetivos, conteúdos, orientações didáticas e critérios de avaliação, buscando contribuir para o aperfeiçoamento da prática pedagógica, sem criar novas disciplinas ou se revestir de caráter de obrigatoriedade.
2. Os PCN, como referencial nacional, apontam para um horizonte de aperfeiçoamento da qualidade no ensino fundamental, e sua aplicação pressupõe o “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” e a

gestão curricular autônoma, tanto das Secretarias Estaduais e Municipais, quanto das escolas, respeitando, desta forma, a estrutura federativa do País. Ao serem utilizados, deverão estimular o desenvolvimento do projeto educativo de cada escola e envolver a atuação dos professores e equipes pedagógicas das Secretarias de Educação e das unidades escolares, não apenas na discussão e redefinição curricular, como também incorporando as experiências diferenciadas da população em respeito à pluralidade cultural brasileira.

3. Os PCN resultam de uma ação legítima, de competência privativa do MEC e se constituem, em uma proposição pedagógica, sem caráter obrigatório, que visa à melhoria da qualidade do ensino fundamental e o desenvolvimento profissional do professor. É nesta perspectiva que devem ser apresentados às Secretarias Estaduais, Municipais e às Escolas.

4. Os PCN não dispensam a necessidade de formulação de diretrizes curriculares nacionais, que deverão fundamentar a fixação de conteúdos mínimos e a base nacional comum dos currículos, em caráter obrigatório para todo o território nacional, nos termos do artigo 26 da Lei 9.394/96 (SOARES et al., 1997).

Segundo o documento Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais os PCNs constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País e tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros (BRASIL, 1997c). Os objetivos dos PCNs são auxiliar o professor na execução de seu trabalho e fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel na sociedade para tanto, são necessários os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto as preocupações contemporâneas (BRASIL, 1997c). Os PCNs também reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. Além disso, Lessa (2012) afirma que esses documentos são referência para a realização de provas de concursos para o provimento de cargos docentes, para a escolha dos conteúdos a serem apresentados em livros didáticos, para a avaliação do desempenho dos alunos da Educação Básica e para a definição do profissional que será formado nos cursos de formação docente.

Os PCNs de 1ª a 4ª séries foram publicados em 1997, de 5ª a 8ª séries em 1998, para o ensino médio em 1999, acrescido do PCN + em 2002 (NETO, 2009). Tais documentos consistem em um conjunto de mais de mil páginas, organizados em 10 volumes, com um documento introdutório, seis documentos referentes às áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais,

História, Geografia, Arte e Educação Física) e três volumes referentes aos Temas Transversais como, Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo (SOARES et al., 1997; BASSINELLO, 2004).

Em relação à abordagem da temática saúde para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nesses documentos, a mesma encontra-se presente no 4º volume correspondente a área Ciências Naturais e no 9º volume sobre os Temas Transversais Meio Ambiente e Saúde (BRASIL, 1997b; BRASIL, 1997d).

2.3.1 Bloco Temático “Ser Humano e Saúde”

Nos documentos organizados por áreas do conhecimento o tema saúde está presente no de Ciências Naturais inserido no bloco temático “Ser humano e saúde”. Essa temática para o primeiro e segundo ciclos reiteradamente foi escolhida, segundo a análise dos currículos estaduais realizada pela Fundação Carlos Chagas. De acordo com esse documento de Ciências Naturais não é possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico numa sociedade em que se convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia a dia (BRASIL, 1997b).

No que se refere à saúde, espera-se ao final do Ensino Fundamental que os alunos tenham a capacidade compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva (BRASIL, 1997b). Para isso orienta essa temática a concepção de corpo humano como um sistema integrado que interage com o ambiente e reflete a história de vida do sujeito. Desse modo, o corpo humano deve ser visto como um todo dinamicamente articulado, os diferentes aparelhos e sistemas que o compõem devem ser percebidos em suas funções específicas para a manutenção do todo (BRASIL, 1997b).

Conforme esse volume o conhecimento sobre o corpo humano deve estar associado a um equilíbrio dinâmico característico denominado de estado de saúde, pois compreende-se que o estado de saúde é condicionado por fatores de várias ordens (físicos, psíquicos e sociais) na falta de um ou mais desses condicionantes equilíbrio é afetado e o corpo adoece. O estado de saúde ou de doença decorre da satisfação ou não das necessidades biológicas, afetivas, sociais e culturais, que, embora sejam comuns apresentam particularidades em cada indivíduo, nas diferentes culturas e fases da vida (BRASIL, 1997b).

Considerando a ampla abordagem do corpo humano relacionado com o estado de saúde alguns assuntos são importantes, podem e devem ser trabalhados nessa etapa da escolarização como a alimentação, automedicação, higiene pessoal, discriminação de pessoas de padrões culturalmente distintos, sexualidade humana, doenças infecto-contagiosas, lazer, saúde bucal, afetividade, apresentação e visitas a postos de saúde, saúde ambiental, vacinação, verminoses, desnutrição, afecções do aparelho urinário, doenças do aparelho respiratório, dentre outros.

2.3.2 Tema Transversal Saúde

Especificamente acerca do Tema Transversal Saúde, encontra-se nos PCNs que a estratégia de ensinar sobre saúde no escopo da disciplina de Ciências Naturais, como ocorreu com os Programas de Saúde, não se revelou suficiente para a garantia de abordagem dos conteúdos relativos aos procedimentos e atitudes necessários à promoção da saúde. Assim, entende-se a EpS como fator de promoção e proteção à saúde e estratégia para a conquista dos direitos de cidadania, por esta razão deve ser tratada como Tema Transversal (BRASIL, 1997d).

A ideia de inserir Temas Transversais na estrutura curricular das escolas brasileiras foi inspirada em experiências espanholas e segundo Araújo (1996) a mesma chega ao Brasil por meio da obra *Los temas transversales: claves de la formación integral*. A inclusão de Temas Transversais sistematizados em um conjunto de conteúdos considerados fundamentais para a sociedade surgiu na reestruturação do sistema escolar espanhol em 1989 com o objetivo de tentar diminuir a distância existente entre o desenvolvimento tecnológico e o da cidadania (MORENO et al., 1998). No contexto brasileiro, Macedo (1998) aponta que o argumento central que justifica a necessidade dos Temas Transversais baseia-se na ideia de que a organização disciplinar é uma das principais responsáveis pela pouca relevância social dos conhecimentos tratados pela escola.

Como consta no documento Apresentação dos Temas Transversais, o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental, nessa perspectiva é que foram incorporadas os seis Temas Transversais (BRASIL, 1997a;

BRASIL, 1998). Para a definição e escolha dos Temas Transversais foram estabelecidos os seguintes critérios: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental e favorecer a compreensão da realidade e a participação social (BRASIL, 1997a).

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático da escola e busca a reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar não sendo possível o seu trabalho em uma perspectiva disciplinar rígida, são necessárias inter-relações entre os objetos do conhecimento desse modo, os eixos temáticos devem permear todas as áreas que compõem o currículo escolar (BRASIL, 1997a; BRASIL, 2013; SILVA, 2009). Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica nessa abordagem a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013).

Propõem os PCNs que os Temas Transversais devem ser tratados pela escola ocupando o mesmo lugar de importância que as áreas convencionais classicamente ministradas, as áreas convencionais devem acolhê-los de forma que seus conteúdos os explicitem e seus objetivos sejam contemplados. Devido à complexidade desses nenhuma das áreas isoladamente são julgadas como suficientes para as suas respectivas abordagens, os Temas Transversais devem atravessar os campos do conhecimento e constituírem-se partes integrantes das áreas, de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade (BRASIL, 1997a). Ainda, conforme o proposto pelos PCNs os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos, os denominados Temas Locais. Esses pretendem contemplar os temas de interesse específico de uma determinada realidade, uma vez reconhecida a urgência social de um problema local o mesmo poderá receber igualmente o tratamento dado aos outros Temas Transversais (BRASIL, 1997a).

Para Yus (1998) os Temas Transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas. O autor discute ainda que são importantes, pois nessa perspectiva pretende-se a

criação de uma nova escola que busca, na verdade, uma educação para a vida, voltada para valores humanos. Já Torres (2003) afirma que os temas têm por objetivo romper com as propostas fragmentadas da pedagogia tradicional, levando assim à interdisciplinaridade ou uma atitude de superação de toda e qualquer visão fragmentada e/ou dicotômica que ainda mantemos. E, conforme Gavídia (2002) o que distingue as disciplinas tradicionais dos Temas Transversais não é a sua classificação em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, mas o fato de que as disciplinas tradicionais encerram essa classificação em si mesmas, enquanto que os conteúdos transversais promovem atitudes que incidem nos valores pessoais e globais, que implicam normas de conduta ou marcam pautas de comportamento, as quais contribuem para o desenvolvimento integral da pessoa.

Retomando aos PCNs, especificamente sobre o Tema Transversal Saúde sua inclusão no currículo responde a uma forte demanda social, entende-se que a EpS favorece a consciência do direito à saúde e instrumentaliza para a intervenção individual e coletiva sobre os determinantes do processo saúde-doença (BRASIL, 1997d). Segundo o documento específico sobre os Temas Transversais meio ambiente e saúde dos PCNs, a EpS cumprirá seus objetivos ao conscientizar os alunos para o direito à saúde, sensibilizá-los para a busca permanente da compreensão de seus determinantes e capacitá-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde ao seu alcance (BRASIL, 1997d). Contudo, o Tema Transversal saúde não pode ficar restrito a uma única área do saber, a organização dos conteúdos de EpS deve ser encarada como um roteiro geral de possibilidades de instrumentalização dos alunos para práticas favoráveis à saúde, levando em conta seu grau de desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras, devendo ainda ser consideradas as experiências e as necessidades sentidas e expressas pelos próprios alunos para que os conteúdos ganhem significado e potencialidade de aplicação (BRASIL, 1997d).

3. METODOLOGIA E RESULTADOS

O presente trabalho é de caráter quali-quantitativo e foi desenvolvido no município de Uruguaiana-RS, nas três escolas estaduais que obtiveram notas inferiores a 3,5 registradas pelo IDEB em 2009 e, portanto não alcançaram as metas projetadas.

ESCOLAS	IDEB Observado				Metas Projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013
E1	3,6	4,1	3,4	3,9	3,7	4,1	4,5	4,8
E2	3,0	2,6	3,2	3,4	3,1	3,4	3,8	4,1
E3	3,5	3,5	3,2	4,2	3,6	3,9	4,3	4,6

Tabela 1 – IDEB observado e metas projetadas das escolas participantes do estudo, 5º ano
Fonte: INEP, 2011b.

O universo deste estudo foi constituído por professoras, alunos e livros didáticos de Ciências dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Após obter um parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (CAAE 0071.0.243.000-11) as escolas e os participantes foram informados sobre o presente estudo e convidados a participar de maneira voluntária.

Esta dissertação foi executada em três etapas e está organizada na forma de manuscritos os quais representam cada uma dessas etapas. Desse modo, os manuscritos estão formatados conforme as revistas científicas para as quais serão submetidos e cada um apresenta os seus respectivos componentes: introdução, objetivo, metodologia, resultados, discussões, considerações finais e referências bibliográficas.

A primeira etapa objetivou averiguar a formação acadêmica dos professores unidocentes em relação à temática saúde e investigar aspectos da prática pedagógica acerca do Tema Transversal saúde através da aplicação de um questionário para vinte e duas professoras unidocentes. A segunda etapa teve o intuito de analisar duas coleções de livros didáticos de Ciências, contendo cada uma quatro volumes, a fim de verificar a presença da saúde e a sua abordagem enquanto

um Tema Transversal utilizando como principal aporte teórico os PCNs. Na terceira etapa foram elaboradas e aplicadas para trezentos e sessenta alunos atividades educativas sobre diferentes assuntos visando promover a saúde em uma perspectiva ampla e conjuntamente objetivou-se coletar as percepções dos escolares sobre saúde.

3.1 Manuscrito 1:

O manuscrito 1, intitulado **“Tema Transversal Saúde no contexto escolar: análise da formação e da prática pedagógica unidocente”**, contempla o primeiro e segundo objetivos específicos desta dissertação e será submetido à Revista Trabalho, Educação e Saúde. Essa revista científica é editada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, e considerada B1 na área de Ensino.

TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISE DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA PEDAGÓGICA UNIDOCENTE

HEALTH TRANSVERSAL THEME IN SCHOOL: ANALYSIS OF TRAINING AND PRACTICE OF TEACHING UNIDOCENTE

Marcelli Evans Telles dos Santos ¹

Cristiane Barbosa Soares ²

Dandara Fidélis Escoto ³

Diogo Onofre Gomes de Souza ⁴

Jaqueline Copetti ⁵

Marlise Grecco de Souza Silveira ⁶

Simone Lara ⁷

Vanderlei Folmer ⁸

Resumo Este estudo objetivou investigar a formação dos professores unidocentes, atuantes nos Anos Iniciais da Educação Básica, e as suas práticas pedagógicas acerca do Tema Transversal saúde em três escolas de um município situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O estudo foi realizado com vinte e duas educadoras e a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário, para o tratamento dos resultados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011). A análise das respostas obtidas indica que a temática saúde esteve presente na formação acadêmica de parte dessas professoras e está contemplada nas atividades didáticas desenvolvidas pelas docentes, todavia não é tratada enquanto um Tema Transversal como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais. Cabe à escola orientar as educadoras em suas atividades didáticas e essas devem investir na formação continuada a fim de aprimorar a sua qualificação para assim garantir uma educação para a saúde efetiva.

Palavras-chave Anos Iniciais; Temas Transversais; formação de professores; prática docente.

Abstract This study aimed to investigate the formation of teachers unidocentes, working in the early years of basic education, and their teaching about health Transversal Theme in three schools from a city situated on the western border of Rio Grande do Sul. The study was conducted with twenty and two educators and data collection was conducted through a questionnaire, for the treatment of the results we used the content analysis of Bardin (2011). The analysis of the responses indicates that the health issue was present in the academic training of these teachers and is covered in didactic activities undertaken by teachers, however is not treated as a Transversal Theme as proposed in the National Curriculum Guidelines. It is up to school guide educators in their teaching activities and these must invest in continuous training to upgrade their skills so as to ensure effective health education.

Keywords early years; Transversal Themes; teacher training; teaching practice.

Introdução

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996 a educação brasileira atual é composta pela Educação Básica e Educação Superior dividida em etapas (Brasil, 1996). Os Anos Iniciais correspondem aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental e fazem parte da Educação Básica a qual é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania (Brasil, 2013). De acordo com Costa e Pinheiro (2013) os Anos Iniciais da escolarização configuram um aspecto primordial da formação humana, pois nesta etapa ocorre a construção de bases suficientes para a compreensão de conhecimentos posteriores que irão contribuir com a socialização plena do indivíduo, tornando-o capaz de perceber, compreender e agir na sociedade.

A formação básica do cidadão no Ensino Fundamental exige o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente material e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (Brasil, 1996). Verdadeiramente na prática pedagógica dos Anos Iniciais os olhares se voltam privilegiadamente às questões atinentes à alfabetização (leitura e escrita) em relação a outros aspectos da aprendizagem. Entretanto, de acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel na sociedade também é necessário oferecer recursos culturais quanto às preocupações contemporâneas como a ética, o meio ambiente, a pluralidade cultural, o trabalho e consumo, a orientação sexual e a saúde (Brasil, 1997a).

A educação para a promoção da saúde nos últimos tempos tem se tornado um objeto de estudos constantes principalmente sobre a sua repercussão no contexto escolar. Em

concordância com o Ministério da Saúde o setor educacional é um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde e a escola, além de sua função pedagógica, possui a função voltada para a transformação da sociedade relacionada ao exercício da cidadania (Brasil, 2002). Assim sendo, a saúde representa um dos temas propostos pelos PCNs para ser trabalhada no sistema brasileiro de Educação Básica de maneira transversal, pois é considerada uma questão de urgência social e abrangência nacional (Brasil, 1997c).

Nesse sentido, os Temas Transversais são questões sociais que tratam de assuntos vividos cotidianamente pela sociedade, não foram criados para substituir as disciplinas já existentes, mas sim complementá-las (Brasil, 1997a). Segundo Almeida (2006) os Temas Transversais favorecem, dentro do modelo educacional proposto pelos PCNs, a formação integral da pessoa e a construção de uma sociedade mais igualitária, mais humana e solidária, o que não seria possível alcançar somente com a mera exposição dos conteúdos das disciplinas e sem articulação com o contexto sociocultural. Em relação ao Tema Transversal saúde, os PCNs fundamentam a concepção de saúde no exercício da cidadania argumentando que é preciso capacitar os sujeitos a se apropriarem de conceitos, fatos, princípios, tomar decisões, realizar ações e gerar atitudes saudáveis na realidade em que o mesmo está inserido (Ramos e Ferreira, 2000).

Considerando a relevância desta temática Carvalho, Carvalho e Rodrigues (2012) afirmam que a promoção da saúde nunca foi mais oportuna, nem mais necessária do que nos tempos atuais, e para a escola desempenhar seu papel é fundamental que a comunidade escolar tenha a competência necessária. Neste cenário destaca-se, sobretudo, o professor o qual é denominado de unidocente ou polivalente e recentemente também chamado de multidisciplinar no contexto dos Anos Iniciais (Cruz, 2012). No Rio Grande do Sul a Lei n. 8.747, de 21 de novembro de 1988 prevê uma gratificação aos professores que exercerem unidocência nos Anos Iniciais nas escolas da rede estadual de ensino assim, conforme

Tornquist et al. (2013) todos os componentes curriculares são ministrados por um único professor seja este o pedagogo, o professor com formação Normal ou até mesmo com formação em uma área específica que, devido a esta gratificação, assume a docência de todas as demais disciplinas.

De acordo com Libâneo (1994) o professor exerce uma importante função na construção da sociedade, pois a qualidade da educação está diretamente relacionada aos professores. Ainda, de acordo com Brum et al. (2012) a ação educacional é um processo que demanda o preparo do docente uma vez que a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho exige níveis de escolarização cada vez mais elevados e assim, espera-se do docente a formação de um profissional flexível e polivalente.

Tendo como base os aspectos anteriormente expostos e considerando que no período dos Anos Iniciais os educandos encontram-se na infância, considerada uma etapa decisiva para a construção de condutas e hábitos que irão repercutir na fase adulta, este estudo objetivou investigar a formação do professor unidocente e a sua prática pedagógica acerca do Tema Transversal saúde nesta etapa da escolarização em escolas públicas de um município situado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa, de caráter quali-quantitativo e natureza descritiva, foi desenvolvida durante o ano de 2012 em três escolas da rede estadual de ensino do município de Uruguaiana-RS. Foram incluídos os professores unidocentes atuantes nos primeiros anos da Educação Básica (1º ao 5º ano), totalizando a participação de vinte e duas educadoras.

Após o estudo obter um parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria-RS as escolas e as professoras foram informadas sobre o

presente estudo e convidadas a participar de maneira voluntária, consentindo sua participação através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como instrumento para a coleta de dados foi construído e aplicado um questionário, constituído por questões abertas e fechadas dividido em três partes: dados de identificação, aspectos da formação acadêmica e práticas pedagógicas em relação ao Tema Transversal saúde.

Para garantir o anonimato as escolas foram tratadas como E1, E2 e E3 e para o tratamento dos resultados obtidos utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) baseada nas seguintes etapas: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos dados obtidos e a interpretação visando à categorização das respostas.

Resultados e discussão

Participaram da pesquisa vinte e duas professoras das quais sete estavam atuando no 1º ano do Ensino Fundamental, três no 2º ano, seis no 3º, três no 4º e três no 5º ano. As informações correspondentes ao perfil das mesmas encontram-se representadas na tabela 1.

Tabela 1 - Perfil das participantes do estudo

Variáveis	n	%
Idade		
≤ 30 anos	4	18,18
31- 50 anos	13	59
> 50 anos	5	22,72
Formação acadêmica		
Curso Normal Médio	4	18,18
Graduação Superior	11	50
Pós - graduação <i>Lato sensu</i>	7	31,81

Fonte: Os autores, 2012.

De modo geral, todas as participantes do presente estudo eram do gênero feminino, dado que está de acordo com o Censo Escolar 2010 o qual coloca que 80% dos professores na Educação Básica brasileira são mulheres e, mais precisamente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 90% dos docentes são do gênero feminino (Ministério da Educação, 2010). Fernandes, Rocha e Souza (2005) realizam um estudo similar em que foram investigadas as concepções sobre saúde do escolar e a formação sobre esta temática dos professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de Natal-RN, nesse estudo da mesma maneira todos os participantes eram do gênero feminino. Com relação à faixa etária variou entre 23 e 66 anos, sendo que a maioria das professoras possui idade entre 31 e 50 anos.

Quanto à formação acadêmica, quatro professoras possuem formação somente no Curso Normal Médio (magistério), as demais têm graduação em nível superior. Dessas dezoito professoras uma possui graduação em Estudos Sociais, uma em Filosofia, uma em História, uma em Serviço Social, duas em Letras e doze possuem graduação em Pedagogia, isto é, a maioria das participantes desta pesquisa. A pós-graduação *Lato Sensu* está presente na formação acadêmica de sete professoras e compreende os cursos de Psicopedagogia, o qual quatro educadoras possuem, seguida de Comunicação e Artes, Educação Infantil e Gestão Escolar. Verifica-se assim que todas possuem formação mínima exigida por lei para lecionar nos Anos Iniciais, pois conforme a LDB 9.394/ 1996 artigo 62 a formação de professores para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental é admitida seu preparo em nível médio na modalidade Normal (Brasil, 2011).

Formação docente para abordagem do tema saúde

Com relação à formação acadêmica para trabalhar sobre a temática saúde onze professoras responderam que possuem formação. No entanto, somente três têm formação

específica, duas realizaram um curso de primeiros socorros e uma não especificou citou apenas que foram cursos de atualizações, as outras oito docentes obtiveram preparação durante a formação inicial. Nenhuma das professoras mencionou receber alguma capacitação durante o seu curso de pós-graduação.

As docentes que responderam possuir formação sobre saúde foram questionadas como julgavam a sua preparação para trabalhar com os alunos. Sendo assim, duas professoras referiram satisfação com a sua formação, outras duas avaliaram a sua formação como “média” e sete responderam não possuir preparação suficiente, os seus conhecimentos correspondem à formação inicial e ainda relataram ter sido superficialmente como está exemplificado na resposta que segue: *“Vejo que aprendemos só o principal, como higiene e meio ambiente”* (Professora do 2º ano, E1).

Sabe-se que a educação para saúde é de suma importância, entretanto conforme está descrito nos PCNs têm sido um desafio para o contexto escolar, pois somente a transmissão de informações a respeito do funcionamento do corpo e descrição das características das doenças, bem como um elenco de hábitos de higiene não é suficiente para que os alunos desenvolvam atitudes de vida saudável (Brasil, 1997c).

Uma das razões para as dificuldades pode estar relacionada, majoritariamente, à formação insuficiente dos professores, segundo Mello (2000) ninguém promove aprendizagem daquilo que não domina e ninguém facilita o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de aprimorar em si mesmo. De acordo com Diniz, Oliveira e Schall (2010) a falta de qualificação dos professores é um grande obstáculo para a promoção da saúde.

Neste contexto, percebe-se que alguns professores limitam a sua formação ao curso Normal o qual Mello (2000) afirma que é um curso que não aprofunda nem amplia os conhecimentos previstos para serem transmitidos no início do Ensino Fundamental. Por outro lado, assim como foi encontrado neste estudo, a maioria dos professores que atuam nos Anos

Iniciais possui graduação em Pedagogia. Conforme relatado no estudo de Ovigli e Bertucci (2009) as instituições se preocupam em formar um profissional generalista para atuar na educação. Assim, o não aprofundamento em nenhuma das frentes abrangidas no curso de Pedagogia ocasiona uma lacuna na formação em especial daqueles que atuam nos Anos Iniciais da Educação Básica, que é a grande maioria dos egressos (Ducatti-Silva, 2005). Sob esta perspectiva, o estudo de Garbin et al. (2012) sinalizou que a maioria dos egressos em Pedagogia relatou que em sua formação não houve abordagem de temas relacionados à saúde.

Fonseca (2010) em seu estudo relata que se vivencia uma cultura acadêmica que valoriza e propaga a crença de que para ser professor dos Anos Iniciais o importante é o domínio dos saberes pedagógicos, dos fundamentos gerais da educação, das teorias que embasam o ensino, a aprendizagem e, por sua vez, desvalorizam os conteúdos das áreas básicas do currículo escolar: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. Gatti e Barreto (2009) realizaram um estudo sobre os cursos de Pedagogia e apresentaram conclusões preocupantes, dentre elas, que os conteúdos das disciplinas a serem ensinadas na Educação Básica comparecem apenas esporadicamente. Ainda, os autores afirmam que na grade curricular da maioria dos cursos analisados os conteúdos são abordados de forma genérica ou superficial no interior das disciplinas de Metodologias e Práticas de Ensino, sugerindo frágil associação com as práticas docentes.

Todavia, o assunto é considerado mais preocupante quando a formação é em outras áreas do conhecimento, como Filosofia, História, Estudos Sociais e Serviço Social, encontradas neste estudo. Segundo Loureiro (1996) é preciso evidenciar a relação educação e saúde para aqueles que atuam nas Ciências Humanas e Sociais, pois é extremamente preocupante a ausência de disciplinas que abordem a dimensão saúde.

Especificamente sobre a formação dos professores da Educação Básica em saúde, Mohr e Schall (1992) já retratavam que é muito deficitário tanto no professor oriundo das

escolas de formação de professores, nível médio, quanto naquele que atingiu a formação universitária. Pinhão e Martins (2013) também apontam que em geral os professores não recebem formação para o tratamento das questões relacionadas à saúde no âmbito da educação escolar. Assim como Zancul e Costa (2012) afirmam que os professores não têm sido preparados para tratar a temática educação e saúde na escola e com base em outras pesquisas se visualiza pouca preocupação das universidades, dos cursos de licenciatura e falta de incentivo das escolas.

Devido a essa formação inespecífica e pouco abrangente algumas educadoras relataram que é preciso uma busca constante, pesquisando e se atualizando em livros, revistas e meios de comunicação para desenvolverem a sua prática por se tratar de um assunto muito importante e que também deveria haver materiais didáticos adicionais. Akerson (2005), Macedo e Mortimer (2006) e Nono e Mizukami (2006) do mesmo modo afirmam que os professores unidocentes dos Anos Iniciais acabam procurando outras fontes para o aprendizado e para o ensino das várias áreas disciplinares como o livro didático, os cursos de atualização, os grupos de estudos e pesquisas, a interação com os alunos em sala de aula, entre outras fontes.

Verificou-se que nenhuma professora citou a formação continuada como alternativa para buscar por novos conhecimentos. Consideram preferível ver e ouvir meios de comunicação e utilizar materiais didáticos, principalmente o livro didático, sobre o qual já foi descrito em vários estudos que a saúde é tratada de modo fragmentado, incompleto e muitas vezes traz informações errôneas sendo reproduzido indevidamente pelo professor (Mohr, 1995; Loureiro, 1996; Moreira et al., 2009; Pinhão e Martins, 2010; França, Margonari e Schall, 2011; Martins, Santos e El-Hani, 2012).

A aprendizagem assim como a formação é um processo que se estende por toda vida, a formação inicial não é suficiente para assegurar um trabalho de qualidade e conforme

Hargreaves (2002) ela é apenas o primeiro passo. Ainda, de acordo com Fonseca (2010) como processo educativo que se desenvolve ao longo da vida dos sujeitos e transcende os limites da escolaridade formal, a formação docente não se inicia nem termina na educação superior (nos cursos de graduação, pós-graduação e aprimoramento). Para Ortega e Catalán (2007) a formação continuada do docente que atua com educação e saúde é um pilar básico para a adoção de novas estratégias e metodologias que favoreçam a abordagem da temática no ambiente escolar.

Logo, em concordância com Catalán (2009), Moreira et al. (2011) e Gasque e Costa (2003) é necessário complementar a formação dos professores para tratar de temas relativos à educação para promoção da saúde, incentivando-os a busca pela formação continuada visando profissionais mais qualificados e com melhores condições para atuar na profissão.

Prática pedagógica unidocente acerca do Tema Transversal saúde

Um dos aspectos indagados, relacionado à prática docente, diz respeito à fonte de planejamento das aulas e para isso realizou-se o seguinte questionamento: *Existe uma base teórica, referencial curricular ou projeto pedagógico que oriente o planejamento de suas aulas? Qual?* Duas professoras, uma de 1º e outra de 3º ano de escolas diferentes, relataram que ainda não haviam iniciado o trabalho sobre saúde, logo não responderam os demais questionamentos referentes à prática docente. Nove professoras citaram o apoio em livros didáticos, cinco apontaram o projeto político pedagógico da escola (PPP), três relataram não haver orientações, quatro professoras não responderam o questionamento, uma citou projetos e somente uma utiliza como fonte os PCNs.

O fato das professoras não possuírem orientações e omitirem sua resposta torna-se preocupante, pois se subentende que desconhecem o PPP da escola, desconhecem os PCNs, transmitem a idéia de desatualização e ainda trabalham de maneira individualista em

desacordo com o planejamento escolar. Mohr (2002) em sua tese de doutoramento entrevistou vinte docentes da rede de ensino pública no município de Florianópolis-SC tendo como objetivo investigar a atividade didática na área da educação e saúde com o 3º e 4º ciclos, ela também encontrou que a prática pedagógica em saúde não era uma atividade desenvolvida coordenada ou articuladamente com projeto pedagógico escolar, ao contrário, o que acontecia eram iniciativas avulsas, individuais, descoordenadas e, às vezes, incoerentes realizadas por distintos professores ou instituições outras que não a escola.

Quanto ao PPP, trata-se de um documento que deve nortear as ações dos professores em sala de aula proporcionando possibilidades de mudanças nas práticas pedagógicas. Segundo Demo (1998) ele prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, com ele torna-se mais fácil planejar o ano letivo ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. Sobre o livro didático, ainda é a fonte de informação e o material de apoio mais utilizado pelos professores o que não causa estranheza, pois esse resultado também foi encontrado em diversos estudos realizados anteriormente como, por exemplo, o de Silva et al. (2009) o qual verificou o ensino de Ciências na segunda fase do Ensino Fundamental nas escolas de Jataí-GO, após a implantação dos PCNs.

Em relação aos PCNs, trata-se de outra questão preocupante, verificou-se que é empregado como referência por uma única docente. Os PCNs são definidos como referenciais de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o Brasil, eles auxiliam o professor na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, entretanto os professores necessitam de uma melhor formação para poderem lidar com o ensino usando tais referenciais e as suas propostas, como os Temas Transversais (Brasil, 1997b). Pinhão e Martins (2013) também assinalam que os professores não recebem em sua formação subsídio que possibilitem um trabalho com os Temas Transversais e,

consequentemente, o uso dos PCNs, talvez seja esta a razão pela qual as demais participantes deste estudo não utilizam esses documentos como materiais de suporte em suas atividades didáticas. O fato dos professores não se respaldarem nestes documentos, igualmente, foi encontrado na pesquisa de Toscano e Saito (2009) sobre a prática docente no 1º ano do Ensino Fundamental.

Referente à maneira de condução e planejamento das atividades pedagógicas, quinze das vinte professoras prefere trabalhar individualmente, uma professora ainda justificou do seguinte modo: *“No magistério não sobra tempo para planejar em conjunto, os professores estão sempre sem tempo (carga horária 40h ou 60h) em diferentes escolas”* (Professora do 5º ano, E3). As demais relataram que realizam o planejamento ou trocam experiências com outras colegas.

Outro questionamento foi sobre o objetivo das docentes ao trabalhar com seus alunos a temática saúde. Neste contexto, nove responderam para ampliar o conhecimento dos alunos e terem acesso às informações, quatro responderam esta questão com a finalidade de conscientizar sobre a importância da saúde, outras quatro para desenvolver o autocuidado, cinco responderam para a prevenção, uma omitiu sua resposta e apenas uma professora citou ser um direito de todos. De fato, o espaço escolar é um local privilegiado para práticas preventivas e de promoção da saúde e cabe à escola transmitir aos alunos conhecimentos atualizados e úteis, estimular atitudes positivas e dinâmicas em relação à saúde e desenvolver neles as habilidades necessárias para promover saúde (Marcondes, 1972; Brasil, 2009).

Para alcançar seus objetivos o professor utiliza em suas aulas modalidades didáticas e alguns recursos como os dispostos na tabela 2. Considerando “sempre” equivalente a todos os dias, verificou-se que a estratégia mais utilizada com os alunos é a sala de aula associada à aula expositiva, ou seja, a aula tradicional, seguida das atividades lúdicas, os trabalhos em

grupo, o livro didático, a internet, as aulas práticas e a metodologia por projetos. Os recursos menos utilizados são as saídas de campo e os laboratórios.

Tabela 2 - Frequência das estratégias utilizadas pelas professoras (%)

Estratégias/Frequência	Sempre	Bastante	Às vezes	Raramente	Nunca
Atividades Lúdicas	10	50	30	0	0
Livro Didático	15	30	50	5	0
Internet	20	20	20	20	10
Projetos	10	20	45	5	5
Saídas de Campo	0	5	15	30	25
Trabalhos em Grupo	5	45	35	10	0
Laboratórios	20	5	5	10	40
Aulas Práticas	15	20	20	20	5
Aulas Expositivas	35	40	10	0	0
Sala de Aula	60	30	0	0	0

Fonte: Os autores, 2012.

Genuinamente a aula expositiva tem sido identificada através dos tempos como a mais tradicional das técnicas de ensino. No entanto, como ressalta Catalán (2009) a educação para a promoção da saúde não se resume na transmissão de conhecimento. E ainda, de acordo com Lopes (1991) essa maneira de transmissão de conhecimentos na educação brasileira vem desde o plano pedagógico dos jesuítas e mesmo tendo sido considerada como uma estratégia ultrapassada os professores continuaram a utilizá-la como atividade predominante na sala de aula. Segundo Fernandes (2011) essa estratégia de ensino pode ser o melhor meio de ensinar determinados conteúdos e garantir a aprendizagem dos alunos se for bem planejada, mas não deve ser a única modalidade utilizada em classe, deve sempre fazer parte de uma sequência de atividades. O professor deve ser o mediador da relação ensino-aprendizagem, além disso, torna-se imprescindível levar em consideração os conhecimentos prévios das crianças,

relacionar os conteúdos ao cotidiano delas, problematizá-los e sistematizá-los, tornar a aprendizagem significativa. Desta forma haverá uma aproximação da aula expositiva dialogada em que há a participação e o envolvimento dos educandos de forma ativa.

Com relação às atividades lúdicas, especialmente nos Anos Iniciais, devem fazer parte da prática pedagógica do professor possibilitando a aproximação dos alunos ao conhecimento científico. Conforme Pinto (1997) não há aprendizagem sem atividade intelectual e sem prazer, a motivação através da ludicidade é uma boa estratégia para que a aprendizagem ocorra de forma efetiva. Lanes et al. (2012) realizou um estudo com crianças da Educação Infantil em que utilizou como ferramenta metodológica o lúdico, verificou-se que o método utilizado contribuiu para a educação nutricional dessas crianças e potencializou o conhecimento das mesmas sobre os hábitos alimentares saudáveis. As situações lúdicas mobilizam esquemas mentais além de desenvolver vários aspectos da personalidade como a cognição, afeição, socialização, motivação e criatividade (Knechtel e Brancalhão, 2009). Sobre o trabalho em grupo, esta é uma oportunidade de construir coletivamente o conhecimento. Para Johnson e Johnson (1987) as relações de estudantes em grupo contribuem de vários modos para a socialização e o desenvolvimento cognitivo.

Como quinta opção entre as estratégias didáticas utilizadas com os alunos encontra-se o livro didático. Nota-se que quando as professoras foram questionadas sobre a base teórica que orientava o seu planejamento os livros didáticos foram os mais citados. O livro didático cumpre um papel importante na sala de aula atuando como norteador do processo ensino-aprendizagem sendo fundamental na organização e desenvolvimento curricular, o próprio Ministério da Educação reconhece a sua importância, porém não deve ser utilizado como o único recurso (Monteiro, 2012).

As professoras também foram interrogadas sobre o momento em que são abordados os assuntos relacionados ao tema saúde. A tabela 3 demonstra que a maioria desenvolve os

conteúdos ou dialoga sobre a saúde nas aulas de Ciências. Zancul e Costa (2012) apontam que apesar de os PCNs preverem que os Temas Transversais devam ser contemplados nas diferentes áreas curriculares muitos professores admitem que o ensino de tais temas, no ambiente escolar, é tarefa exclusiva para as aulas de Ciências.

Tabela 3 - Momento de abordagem da temática saúde

Momentos/ Disciplinas	n	%
Ciências	12	60
Educação Física	2	10
Ensino Religioso	2	10
Português	2	10
Todas as disciplinas	3	15
Diariamente	11	55
Momento Oportuno	3	15

Fonte: Os autores, 2012.

Esse resultado é também similar ao encontrado na pesquisa sobre a temática saúde nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental desenvolvida por Marinho e Silva (2012). No mesmo estudo os autores ainda relatam que as situações corriqueiras do dia a dia são vistas pelos docentes como um importante momento para se trabalhar com a saúde na escola o que os faz concluir que não há um planejamento e metodologia de trabalho sistematizado, esse fato também foi identificado na presente pesquisa conforme os seguintes relatos: “*Quando as crianças retornam da merenda é sempre explicado sobre o valor dos alimentos na nossa saúde.*” (Professora do 1º ano, E2); “*No dia a dia através de conversas que tratem principalmente de hábitos saudáveis de higiene e alimentação (hora da merenda)*” (Professora do 1º ano, E3).

Observa-se ainda na tabela 3 que onze das vinte educadoras (55%) afirmam que trabalham sobre assuntos relacionados à saúde diariamente sem especificar se há divisão de momentos. Em conformidade com os PCNs a saúde deve ser tratada de maneira transversal, ou seja, permear todas as áreas da prática educativa e não ser trabalhada em disciplinas específicas do currículo escolar, como foi encontrado na maioria das respostas obtidas nesta pesquisa. A complexidade dos Temas Transversais faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los (Brasil, 1998; Bomfim et al., 2013). Ainda, Costa e Pinheiro (2013) afirmam que dentro do contexto dos Anos Iniciais a própria organização escolar beneficia o desenvolvimento da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade não sendo necessário separar o momento de explicações e exercícios em disciplinas, pois todos poderão ser desenvolvidos em uma única atividade de estudo.

Deste modo, percebe-se que somente três professoras relataram que a abordagem da temática saúde ocorre em todas as disciplinas, no entanto as expressões “Tema Transversal e Interdisciplinaridade” ou similares não constavam nas respostas. Como já exposto anteriormente, o trabalho com um Tema Transversal vai além da presença da temática em todas as disciplinas, os PCNs propõem que deve haver um compromisso com a cidadania assim, as atividades pedagógicas devem considerar os conhecimentos prévios dos alunos, estimular a resolução de problemas e o posicionamento em relação a determinadas situações, incentivar a construção do conhecimento de maneira coletiva e, principalmente, a prática docente deve fazer relações com o cotidiano do aluno. Neste estudo, embora não tenham sido aplicados outros questionamentos mais específicos para uma análise minuciosa acerca das práticas unidocentes, demais indicativos como, por exemplo, somente uma professora utiliza como referencial os PCNs e o predomínio do uso da sala de aula com a aula expositiva, conduzem a conclusão que a saúde não é tratada verdadeiramente pelas professoras como um Tema Transversal sob a óptica dos PCNs.

Soares (2010) afirma que a escola por vezes carece de conteúdos e ferramentas mais próximos à realidade do aluno e acaba insistindo na transmissão de conhecimentos descontextualizados logo, o ensino torna-se frustrante e os alunos não compreendem o significado e a importância dos mesmos. Nesse sentido, Ovigli e Bertucci (2009) apontam que a prática pedagógica deve possibilitar, além da mera exposição de ideias, a análise acerca de onde e como o conhecimento apresentado em sala de aula está presente nas vidas dos sujeitos e as implicações desses conhecimentos na sociedade. Desse modo, é fundamental a importância da abordagem do tema saúde por meio de atividades interdisciplinares e que possibilitem a participação ativa do aluno durante o processo de aquisição do conhecimento, valorizando o conhecimento prévio dos alunos e considerando o contexto onde o educando se desenvolve, assim terá facilidade para associar os conteúdos trabalhados em sala de aula com o seu cotidiano, o que auxiliará na tentativa de promover mudanças no comportamento relacionadas à promoção da saúde (Copetti, 2013).

Considerações finais

Verificou-se na amostrada estudada que todas as participantes eram do gênero feminino, conforme estudos semelhantes, e a maioria das professoras eram pedagogas. Os resultados encontrados demonstraram que parte das professoras unidocentes admite ter recebido uma formação em que a saúde estava presente na grade curricular e mesmo que essa preparação seja julgada insuficiente não serviu como empecilho para tratar a temática no contexto escolar. Constatou-se também que o grupo de docentes prefere recorrer a outros recursos para preencher a lacuna da formação do que persistir nos estudos por meio de uma formação continuada.

De particular relevância, a temática saúde está presente desde a fase de alfabetização, ou seja, faz parte do cotidiano dos alunos dos Anos Iniciais nas três escolas estudadas, as professoras reconhecem a importância de trabalhar sobre tal temática e ainda os seus objetivos são condizentes com os referenciais de orientação para a prática docente. No entanto, o déficit na formação inicial dessas professoras bem como a lacuna existente na formação continuada das mesmas reflete a carência da abordagem da saúde enquanto um Tema Transversal na prática pedagógica unidocente. Além disso, outro dado obtido preocupante diz respeito à ausência de orientações e a maneira individual e desarticulada com o planejamento escolar utilizada pelas professoras para conduzir as atividades pedagógicas.

Dessa forma, como professoras e/ou escolas que se propõem a promover a saúde, pois este estudo permite-nos inferir tal afirmativa, é necessário que formulem seu planejamento em concordância com o que apontam os documentos dos PCNs relativos à saúde como um Tema Transversal e compartilhem com toda a equipe. À escola cabe orientar as educadoras em suas atividades didáticas e essas por sua vez também devem investir na formação continuada a fim de aprimorar a sua qualificação contribuindo conseqüentemente para a melhoria do ensino nas escolas e para assim garantir uma educação para a saúde efetiva.

Agradecimentos

Este estudo teve o suporte financeiro do Programa Observatório da Educação (CAPES/INEP) através de um projeto aprovado no edital 038/2010. Os autores também agradecem às escolas e principalmente as professoras que fizeram parte desta pesquisa.

Colaboradores

Este manuscrito foi proposto e organizado por Marcelli dos Santos, todos os autores trabalharam em conjunto no desenvolvimento deste estudo. Os dados apresentados integram uma dissertação de mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da

Universidade Federal de Santa Maria. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa dessa instituição. Os autores afirmam não haver conflitos de interesses.

Notas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. <marcelli_mets@hotmail.com>

Correspondência: Rua Iris Valls, 2395, CEP 97501-758, Uruguaiana, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana, RS, Brasil. <crisi.soa@gmail.com>

³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana, RS, Brasil. <dandy_fidelis@hotmail.com>

⁴ Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e orientador no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. <diogo@ufrgs.br>

⁵ Professora do Curso de Educação Física da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) e doutora em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Alegrete, RS, Brasil. <jaquecopetti@yahoo.com.br>

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. <marlise-silveira@educ.rs.gov.br>

⁷ Professora assistente do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e doutora em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Uruguaiana, RS, Brasil. <slarafisio@yahoo.com.br>

⁸ Professor adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana, e orientador no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. <vanderleifolmer@unipampa.edu.br>

Referências

AKERSON, Valarie. How do elementary teachers compensate for incomplete science content knowledge? *Research in Science Education*, New York, v. 35, n.2, p. 245-268, 2005.

ALMEIDA, Tereza Joelma Barbosa. Abordagem dos temas transversais nas aulas de ciências do ensino fundamental, no distrito de Arembepe, município de Camaçari-BA. *Candombá - Revista Virtual*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOMFIM, Alexandre Maia et al. Parâmetros Curriculares Nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 27-52, 2013.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional 6ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Diretoria de Currículos e Educação Integral – Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* Brasília, DF: MEC/SEF, 1997b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente; saúde.* Brasília, DF: MEC/SEF, 1997c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: saúde.* Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 533-535, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde na escola.* Brasília, DF, 2009.

BRUM, Liliani Mathias et al. Qualidade de vida dos professores da área de ciências em

escola pública no rio grande do sul. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10 n. 1, p. 125-145, 2012.

CARVALHO, Amâncio de Sousa; CARVALHO, Graça Simões; RODRIGUES, Vitor Manuel Pereira. Valores na educação em saúde e a formação profissional. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 527-540, 2012.

CATALÁN, Valentin Gavidia. El profesorado ante la educación y promoción de la salud em la escuela. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, Sevilla, n.23, p.171-180, 2009.

COPETTI, Jaqueline et al. Conhecimento de adolescentes sobre saúde e fatores de risco para doenças e agravos não transmissíveis: sugestão de abordagem interdisciplinar. *Revista Ciências & Ideias*, Nilópolis, v. 4, n.2, 2013.

COSTA, Jaqueline de Moraes; PINHEIRO, Nilcéia Aparecida. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: análise de sua proposta para os anos iniciais. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 84-99, 2013.

- CRUZ, Shirleide Pereira. Concepções de polivalência e professor polivalente: uma análise histórico-legal. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Anais Eletrônicos, 2012.
- DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DINIZ, Maria Cecília Pinto; OLIVEIRA, Tatiana Carolina; SCHALL, Virgínia Torres. Saúde como compreensão de vida: avaliação para inovação na educação em saúde para o ensino fundamental. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 119-144, 2010.
- DUCATTI-SILVA, Kelly Cristina. *A formação no curso de Pedagogia para o ensino de ciências das séries iniciais*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.
- FERNANDES, Marcos Henrique; ROCHA, Vera Maria; SOUZA, Djanira Brasilino. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 283-91, 2005.
- FERNANDES, Elisângela. Aula expositiva: o professor no centro das atenções. *Nova Escola*, edição 246, out. 2011. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/.../aula-expositiva-professor-centro-atencoes-645903.shtml> Acesso em: 11 ago. 2012.
- FONSECA, Selva Guimarães. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 228, p. 390-407, 2010.
- FRANÇA, Viviane Helena; MARGONARI, Carina; SCHALL, Virgínia Torres. Análise do conteúdo das leishmanioses em livros didáticos de ciências e biologia indicados pelo programa nacional de livros didáticos (2008/2009). *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 3, p. 625-644, 2011.
- GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Conhecimento sobre saúde bucal por concluintes de pedagogia. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10 n. 3, p. 453-462, 2012.
- GASQUE, Kelley Cristine Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores da educação básica na busca da informação para formação continuada.

Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n.3, p. 54-61, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: Unesco, 2009.

HARGREAVES, Andy. *Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JOHNSON, David; JOHNSON, Roger. *Learning together and alone: cooperative, competitive, and individualistic learning*. New Jersey: Prentice-Hall, 1987.

KNECHTEL, Carla Milene; BRANCALHÃO, Rose Meire. Estratégias lúdicas no ensino de ciências. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2354-8.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

LANES, Dário Vinicius Ceccon et al. Estratégias lúdicas para a construção de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil. *Revista Ciências & Idéias*, Nilópolis, v. 4, n.1, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Antonia Osima. Aula expositiva: superando o tradicional. In FELTRAN, A. et al. *Técnicas de ensino: Por que não?* Campinas, SP: Papirus, 1991.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. A educação em saúde na formação do educador. *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, Campinas, vol. 4, n.3, 1996.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar; MORTIMER, Eduardo Fleury. Perfil de professores do primeiro ciclo: questões socioculturais e pedagógicas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 87, n. 215, p. 29-43, 2006.

MARCONDES, Ruth Sandoval. Educação em saúde na escola. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 6, n.1, 1972.

MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, João Alberto. A temática “saúde” na concepção de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: questões concernentes a metodologias e aprendizagem. In: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região, 2012, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

MARTINS, Liziane; SANTOS, Girlene Silva; EL-HANI, Charbel Niño.

Abordagens de saúde em um livro didático de biologia largamente utilizado no ensino médio brasileiro. *Investigações em Ensino de Ciências*, Porto Alegre, v.17, n. 1, p. 249-283, 2012.

MELLO, Guiomar Namó. Formação inicial de professores para educação básica: uma (re) visão radical. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo Escolar 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179:censo-registra-515-milhoes-de-matriculados-em2010&catid=211&Itemid=86>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MOHR, Adriana. *A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MOHR, Adriana. A saúde na escola: análise de livros didáticos de 1ª a 4ª séries. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.94, p.50-57, 1995.

MOHR; Adriana; SCHALL, Virgínia Torres. Rumos da Educação em Saúde no Brasil e sua Relação com a Educação

Ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 199-203, 1992.

MONTEIRO, Paulo Henrique Nico. *A saúde nos livros didáticos no Brasil: concepções e tendências nos anos iniciais do ensino fundamental*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha et al. Educação sexual na escola: implicações para a práxis dos adultos de referência a partir das dúvidas e curiosidades dos adolescentes. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 10, n. 1, p. 64-83, 2011.

MOREIRA, Maria Cristina do Amaral et al. A saúde no livro didático de ciências: um exercício de análise. In: VII EMPEC Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis: ABRAPEC, 2009.

NONO, Maévi Anabel; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Processos de formação de professoras iniciantes. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 87, p. 382-400, 2006.

ORTEGA, Marta Talavera; CATALÁN, Valentin Gavidia. Dificultades para el desarrollo de la educación para la salud en

la escuela. Opiniones del profesorado. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, Sevilla, n. 21, p.119-128, 2007.

OVIGLI, Daniel Fernando Bovolenta; BERTUCCI, Monike Cristina Silva. A formação para o ensino de ciências naturais nos currículos de pedagogia das instituições públicas de ensino superior paulistas. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.194-209, 2009.

PINHÃO, Francine Lopes; MARTINS, Isabel. A intertextualidade no livro de ciências: analisando o tema saúde e ambiente. *REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, v.3, n. 3, p.2-14, 2010.

PINHÃO, Francine Lopes; MARTINS, Isabel. Modos de agir de textos didáticos de ciências: discutindo o tema saúde e ambiente. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 73-91, 2013.

PINTO, José Rizzo. *Corpo, movimento e educação – o desafio da criança e adolescente deficientes sociais*. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

SOARES, Max Castelhana. *Uma proposta de trabalho interdisciplinar empregando os temas geradores alimentação e obesidade*. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e

Saúde) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SILVA, Ericson Hipólito da Silva et al. O ensino de ciências e os pcns: um diagnóstico na segunda fase do ensino fundamental da rede estadual de jataí. In: XVIII SNEF Simpósio Nacional de Ensino de Física, 2009, Vitória: Sociedade Brasileira de Física, 2009.

RAMOS, G. N. S.; FERREIRA, L. A. Parâmetros curriculares nacionais: educação física e saúde. *Corpoconsciência*, Santo André, v.5, p.55-63, 2000.

TORNQUIST, Débora et al. Aptidão física relacionada à saúde de escolares das séries iniciais: um estudo entre turmas assistidas e não assistidas pelo profissional de Educação Física. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 18, n. 3, p. 298-300, 2013.

TOSCANO, Carlos; SAITO, Heloisa Toshie Irie. A prática docente no 1º ano do ensino fundamental e o ensino de ciências: um estudo de caso. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 147-165, 2009.

ZANCUL, Mariana de Senzi; COSTA, Sueli da Silva. Concepções de professores de ciências e de biologia a respeito da

temática educação em saúde na escola.
Experiências em Ensino de Ciências,
Cuiabá, v.7, n. 2, 2012.

3.2 Manuscrito 2:

O segundo manuscrito com título “**A Saúde enquanto Tema Transversal nos Livros Didáticos de Ciências para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**” corresponde ao terceiro e quarto objetivo específico deste estudo e será submetido para *Alexandria*, Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, a mesma é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina e tem Qualis CAPES B1 na área de Ensino.

A Saúde enquanto Tema Transversal nos Livros Didáticos de Ciências para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental

MARCELLI EVANS TELLES DOS SANTOS¹, DANIEL MORIN OCAMPO¹, MARIO OLAVO DA SILVA LOPES², DIOGO ONOFRE GOMES DE SOUZA² e VANDERLEI FOLMER¹

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, ¹ Universidade Federal de Santa Maria, ² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, marcelli_mets@hotmail.com

Resumo: Este estudo objetivou verificar a presença de conteúdos relacionados à saúde enquanto Tema Transversal em livros didáticos de Ciências distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático 2010. Foram analisados oito volumes destinados aos alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, para a eleição dos critérios e categorias de análise utilizou-se como referência o documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais correspondente à apresentação dos Temas Transversais e os documentos específicos sobre o Tema Transversal saúde. Os resultados mostraram que a saúde não foi tratada como Tema Transversal, apenas poucos conteúdos aproximaram-se dessa abordagem. Torna-se indispensável que outros recursos e outras fontes de informações sejam utilizados como complemento ao livro didático, pois o mesmo não pode servir como único suporte didático para o estudo da saúde como um Tema Transversal.

Abstract: This study aimed to verify the presence of content related to health while Transversal Theme in science textbooks distributed by the National Textbook 2010. We analyzed eight volumes intended for students from 2nd to 5th grade of elementary school, for the election of criteria and categories of analysis was used as a reference document from the National Curriculum Guidelines corresponding to the presentation of Transversal Themes and specific documents on the health Transversal Theme. The results showed that health was not treated as Transversal Theme, only few contents approached this approach. It is essential that other resources and other sources of information are used to supplement the textbook, because it can not only serve as didactic support for the study of health as a Transversal Theme.

Palavras-chave: Temas Transversais; saúde; Anos Iniciais; livro didático.

Keywords: Transversal Themes; health; early years; textbook.

1- Introdução

Em razão das inúmeras transformações que ocorrem com o passar do tempo, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, a saúde sempre foi considerada uma preocupação recorrente tornando essenciais medidas que assegurem o bem estar da população. No contexto nacional, o conceito de saúde foi ampliado na VIII Conferência Nacional de Saúde passando a ser definida como resultante das condições de alimentação, moradia, educação, renda, lazer, liberdade, transporte, emprego, meio ambiente, trabalho, acesso e posse de terra, acesso a serviços de saúde e principalmente resultado das formas de organização social (BRASIL, 1986). Segundo Marcondes (1964) em meados do século XIX, no Brasil, a importância da educação para a saúde (EpS) no contexto escolar passa a ser percebida e posteriormente, em consequência disso, a escola também foi responsabilizada para assumir essa demanda. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) entende-se EpS como fator de promoção e proteção à saúde e estratégia para a conquista dos direitos de cidadania.

Na década de 70, a saúde foi introduzida nos currículos da Educação Básica como proposto pela legislação, porém conforme Pelicioni e Torres (1999) por algum tempo a saúde na escola era centrada em individualidades e tentava-se mudar comportamentos e atitudes sem considerar as influências provenientes da realidade dos alunos. Em 1996 uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi promulgada estabelecendo que o educando devesse ser preparado para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). No ano seguinte o Ministério da Educação (MEC) e do Desporto criou os PCNs e a saúde foi incorporada no bloco temático

“Ser humano e saúde” para ser trabalhada na área de Ciências Naturais e também foi apresentada como um dos seis Temas Transversais (BRASIL, 1997a; 1997b; MOHR, 2002).

Os Temas Transversais correspondem a questões urgentes para a sociedade brasileira, expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania, apontam uma transformação na prática pedagógica e, sobretudo, ampliam a responsabilidade da escola com a formação dos alunos (BRASIL, 1997a). Além disso, são eixos condutores da atividade escolar comuns a todas as disciplinas e a inclusão dos temas neste contexto implica em um trabalho contínuo no decorrer de toda a escolaridade desde o início da vida escolar (BRASIL, 1997a; YUS, 1998). Parafraseando Lanes et al. (2012); Marinho e Silva (2012) no período compreendido como os Anos Iniciais do Ensino Fundamental é que são adquiridos os hábitos e comportamentos que irão influenciar o estilo de vida saudável ou inadequado na vida adulta, portanto é indispensável a presença dos assuntos relacionados à saúde nesta etapa da escolarização.

No presente trabalho objetivamos verificar a presença de conteúdos relacionados à saúde e se essa é tratada como Tema Transversal, em concordância com os PCNs, nos livros didáticos de Ciências Naturais para os Anos Iniciais da Educação Básica. Considera-se que o livro didático é um dos principais instrumentos de apoio no processo ensino-aprendizagem, envolve um grande investimento financeiro do governo e em muitas situações representa a única alternativa para se trabalhar em aula tanto por professores quanto por alunos, logo é de grande relevância verificar a qualidade desse material didático.

2- Referencial Teórico

A saúde como Tema Transversal no contexto escolar

A presença da saúde como objeto de ensino e aprendizagem se tornou obrigatória nas escolas brasileiras pela lei 5.692/71, sob a designação de Programas de Saúde, com o objetivo de estimular o conhecimento e a prática da saúde básica e da higiene, como não havia um espaço específico para a sua abordagem as discussões eram apresentadas em disciplinas como Higiene, Puericultura, Nutrição e Dietética ou Educação Física, depois a disciplina Programa de Saúde passou a ser responsabilidade do professor de Ciências (MOHR e SCHALL, 1992; BRASIL, 1998; LOMÔNACO, 2004).

Conforme os PCNs o ensino de saúde tem sido um desafio para a educação no que se refere à possibilidade de garantir uma aprendizagem significativa, efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida (BRASIL, 1997c). A maneira como as questões de saúde são

abordadas dentro do ambiente escolar não são suficientes para que os alunos desenvolvam atitudes de vida saudável, é preciso considerar todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no cotidiano, devido a isso a saúde deve ser tratada como um Tema Transversal.

Os Temas Transversais surgem no currículo das escolas brasileiras a partir da LDB em 1996 como recursos culturais relevantes para a conquista da cidadania, esses recursos incluem tanto os domínios do saber, tradicionalmente presentes no trabalho escolar, quanto às preocupações contemporâneas como a saúde (BRASIL, 1997a). Consta nos PCNs que somente com a participação das diferentes áreas do saber, cada qual enfocando conhecimentos específicos à sua competência, é que se pode garantir que os alunos construam uma visão ampla do que é saúde (BRASIL, 1998).

A educação e a saúde compõem um campo de expressiva relevância para a qualidade da vida humana e social e estão profundamente relacionadas. Ao educar sobre a saúde, de maneira contextualizada e sistemática, o professor e a comunidade escolar contribuem decisivamente na formação de cidadãos capazes de atuar em favor da melhoria dos níveis de saúde tanto pessoais quanto coletivos (RANGEL, 2009; BRASIL, 1997c).

Como objetivos ao trabalhar a saúde de maneira transversal espera-se que os alunos, ao final do Ensino Fundamental, sejam capazes de:

- compreender que a saúde é um direito de todos e uma dimensão essencial do crescimento e desenvolvimento do ser humano;
- compreender que a condição de saúde é produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural, identificando fatores de risco à saúde pessoal e coletiva presentes no meio em que vivem;
- conhecer e utilizar formas de intervenção individual e coletiva sobre os fatores desfavoráveis à saúde, agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde da comunidade;
- conhecer formas de acesso aos recursos da comunidade e as possibilidades de utilização dos serviços voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
- adotar hábitos de autocuidado, respeitando as possibilidades e limites do próprio corpo (BRASIL, 1997c).

O livro didático de Ciências e os Anos Iniciais

O livro didático é um instrumento muito utilizado na prática de ensino e baliza presença forte no cotidiano escolar. Esse instrumento faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) o qual foi criado no Brasil em 1985 e tem por objetivo prover as escolas públicas de livros didáticos, dicionários e outros materiais de apoio à prática educativa. O programa é executado em ciclos trienais alternados e desde 1996 os livros passam por uma avaliação inicial após, o MEC publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas e encaminha às escolas para que os professores possam fazer suas escolhas logo, a distribuição resulta de um equilíbrio entre a recomendação do MEC e a escolha do professorado (CASSIANO, 2007; BRASIL, 2010).

Devido a sua relevância no ensino de Ciências e pelo fato de ser tão pedagogicamente popular ele se apresenta como um tema de permanente atualidade e tem crescido nas últimas décadas o número de pesquisas que empregam o livro didático como objeto de investigação (ROSA e SILVA, 2010). Ainda, de acordo com Garcia e Bizzo (2010) ele tem gerado grandes debates por parte dos professores, especialistas, pais, docentes de universidades, entre outros. A sua relevância parece ser consensual entre aqueles que tomam o livro didático como objeto de estudo, esse recurso auxiliar foi e continua sendo um dos principais fatores que influenciam o trabalho pedagógico organizando o cotidiano da sala de aula seja nas etapas de planejamento das atividades didáticas, na atualização do professor, na seleção dos conteúdos abordados ou nos modelos de avaliação, dentre outras atividades (BATISTA, 2001; NASCIMENTO e MARTINS, 2009). Conforme Carneiro et al. (2005); Ossak e Bellini (2009) apesar dos avanços tecnológicos e da enorme variedade de materiais curriculares atualmente disponíveis no mercado, o livro didático, por uma série de dimensões políticas da escola, é o instrumento básico mais utilizado no ensino de Ciências.

Contudo crescem as pesquisas sobre o livro didático, mas ainda são escassos os estudos que envolvem livro didático, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e principalmente saúde na perspectiva da transversalidade. Dentre os poucos estudos, mas que não objetivam análise da saúde como Tema Transversal, pode-se destacar o de Mohr (1995) em que foram analisados livros didáticos de 1ª a 4ª série e como resultado encontrou que os conteúdos dos Programas de Saúde eram desenvolvidos de forma incompleta, com conceitos ausentes e informações incorretas além do mais, os assuntos eram apresentados desvinculados de situações e problemas reais e significativos para os alunos. Mohr (2000) também analisou o

conteúdo de saúde presente em livros didáticos para o Ensino Fundamental, 1ª a 4ª série, todavia analisou e apresentou os resultados das coleções de maneira individual. O outro estudo que se pode citar é o de Monteiro (2012) no qual analisou a saúde nos livros didáticos do Brasil do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O estudo verificou que os livros tendem a abordar o tema a partir de uma perspectiva que enfatiza e reduz a saúde a seus aspectos biológicos, atribui pouca relevância a seus determinantes sociais e tem como foco o indivíduo e seu conjunto de comportamentos e hábitos, sendo a modificação ou adequação destes o principal objetivo a ser alcançado (MONTEIRO, 2012).

3- Aspectos Metodológicos

O presente estudo é parte de uma dissertação de mestrado sobre o Tema Transversal saúde em escolas do município de Uruguaiana-RS, as quais obtiveram notas inferiores a 3,5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado em 2009. Desse modo, foram utilizados os volumes destinados aos alunos do 2º, 3º, 4º e 5º ano das duas coleções adotadas nessas escolas e pertencentes ao PNLD correspondente ao triênio 2010-2011-2012, as obras analisadas foram Porto et al. (2010) e Cruz (2008).

Analisaram-se os livros didáticos de Ciências Naturais devido à temática saúde ainda ser principalmente trabalhada na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental (BRASIL, 1998; LOMÔNACO, 2004; MONTEIRO et al., 2010; ZANCUL e GOMES, 2011). Além disso, por a saúde estar contemplada no bloco “Ser humano e saúde” nos PCNs de Ciências Naturais, conforme explicitado anteriormente. Segundo Cassiano (2007); Bomfim et al. (2012); Ruppenthal e Schetinger (2013) os PCNs apesar de não serem legalmente obrigatórios para o currículo desenvolvido na escola são referências para os livros didáticos e os volumes das coleções dos Anos Iniciais normalmente estão organizados de acordo com os blocos temáticos indicados nos PCNs. Para a realização deste estudo os exemplares foram emprestados pelas escolas.

Como critérios de análise para identificar a saúde presente nas obras utilizaram-se como referência a compreensão de saúde e os conteúdos previstos nos documentos dos PCNs correspondentes à apresentação dos Temas Transversais e os específicos sobre o Tema Transversal saúde. (BRASIL, 1997a; 1997c; 1998). Para a categorização dos assuntos utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011) e assim foram estabelecidos doze subtemas: alimentação saudável, doenças e enfermidades, drogas lícitas, gravidez na adolescência, hábitos de higiene, hábitos de lazer, prática de exercício físico e atividade física, prevenção de acidentes,

saúde materno infantil, saúde dos órgãos do sentido, saúde relacionada ao meio ambiente e vacinação. O modo de apresentação dos assuntos foi classificado em atividade proposta (quando os assuntos sobre saúde eram abordados na resolução de exercícios ou em atividades mais dinâmicas como, por exemplo, experiências práticas, saídas de campo, elaboração de materiais e pesquisas) e texto, neste estudo as imagens não foram objetos de análise. Para verificar se a saúde era tratada como Tema Transversal nove categorias foram elaboradas considerando a compreensão de transversalidade proposta nos PCNs desta maneira, foi considerado como abordagem transversal se o conteúdo apresentou as nove categorias (BRASIL, 1997a; 1997c).

Quadro 1- Categorias de análise para a abordagem da saúde quanto à transversalidade

Categorias	
1	Considera conhecimentos prévios e/ou experiências extra-escolares?
2	Propõe situações que o aluno deva se posicionar/ opinar/ resolvê-las?
3	Faz relação com o cotidiano do aluno/ explora a realidade pessoal e social?
4	Possibilita o aluno vivenciar/ experienciar/ intervir?
5	Permite interação com os colegas e professor/ construção coletiva de atividades e conhecimento?
6	Propõe trabalhos em conjunto com a família?
7	Incentiva/ proporciona o contato com instituições comprometidas com as questões de saúde?
8	Fornece elementos para que o aluno perceba e entenda os seus direitos e deveres?
9	Há um aprofundamento das temáticas nos volumes seguintes?

Após o estabelecimento dos critérios e categorias foi elaborada uma matriz analítica para a coleta e registro dos dados. Como procedimento metodológico cada livro foi analisado individualmente, seguindo o mesmo processo dos demais, após várias leituras e exploração do material. A primeira análise verificou o número de páginas que tratavam sobre saúde e distribuiu os assuntos dentro dos subtemas, a segunda objetivou verificar como os conteúdos eram apresentados e a terceira análise teve o intuito de identificar a ocorrência das categorias relacionadas à saúde como Tema Transversal. Foram incluídos no estudo somente os conteúdos em que a relação com a saúde estava apresentada de forma explícita e excluídos os

assuntos em que a relação estava implícita, por exemplo, aspectos da anatomia e fisiologia do corpo humano sem relação direta com a saúde.

4- Resultados e Discussão

4.1- Espaço dedicado para a abordagem da saúde nos volumes analisados

Ao todo, foram analisados oito volumes e todos apresentaram conteúdos relacionados à saúde. Conforme os dados expressos na tabela 1 observa-se que uma pequena quantia de páginas é destinada para o tratamento dos assuntos que envolvem a temática saúde, de modo geral não ocupando um espaço maior que 16%.

Tabela 1- Espaço dedicado para a saúde nos volumes analisados

Livros	Nº total de páginas	Nº de páginas sobre saúde	%
A2	144	23	15,97
A3	168	13	7,73
A4	184	15	8,15
A5	200	29	14,5
Total	696	80	11,49
B2	112	18	16,07
B3	144	15	10,41
B4	144	23	15,97
B5	151	6	3,97
Total	551	62	11,25

Verifica-se também que não há uma ordem crescente e nem decrescente no número de páginas, relativas à saúde, se compararmos a evolução dos volumes. Os dados apresentados em valores relativos apontam que na coleção “A” o volume para o 5º ano possui um maior número de páginas sobre saúde do que os volumes para o 3º e 4º ano, porém a sua porcentagem não é maior que a do volume para o 2º ano. Na coleção “B” o volume para o 5º ano apresenta a menor porcentagem de páginas seguido pelos volumes do 3º e 4º ano. Acredita-se que essa maneira de organização e distribuição das páginas possa dificultar o tratamento dos assuntos com mais profundidade nos volumes de séries seguintes como propõem os PCNs.

Ainda, a relação do número total de páginas de acordo com cada volume e as páginas sobre saúde é inversa, na coleção “B” o livro que apresenta o menor número de páginas tem a maior porcentagem sobre saúde (16,07%) enquanto o que possui o maior número de páginas possui menor abordagem (3,97%), o mesmo não acontece na coleção “A”. Contudo os dados permitem concluir que, em ambas as coleções, nos livros didáticos voltados para os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental a saúde está mais presente em relação aos demais livros correspondentes as séries seguintes. Esse achado contrasta a pesquisa de Monteiro (2012) em que os resultados da análise revelaram a presença da saúde mais fortemente no volume para o 5º ano.

Mohr (1995) ao analisar livros didáticos de 1ª a 4ª série do PNLD no ano de 1991 também verificou que um pequeno número de páginas era destinado aos Programas de Saúde. Moreira et al. (2009) realizaram um estudo em que foi analisado um livro didático de Ciências correspondente ao 6º ano e identificaram descritores relacionados à saúde em 15 das 216 páginas do livro, sendo que o primeiro deles ocorreu na página de número 76 o que evidenciou que a discussão sobre o tema também tinha pouca expressão no volume analisado. Na pesquisa de Moreira et al. (2013) com livros para o Ensino Médio foi percebido que as citações sobre saúde e ambiente também eram pouco presentes.

4.2- Subtemas abordados e modo de apresentação

Após a análise, foram encontrados 84 conteúdos distribuídos nos oito volumes e classificados nos doze subtemas. Sobre cada coleção, “A” apresenta uma maior diversidade de assuntos relativos à saúde e também é a coleção com o maior número de páginas. Nessa mesma coleção o enfoque maior para o volume do 2º ano foi referente aos órgãos do sentido, no exemplar do 3º ano as doenças obtiveram maior destaque, para o 4º ano uma atenção maior foi dada aos assuntos sobre saúde relacionada ao meio ambiente e no 5º ano predominou sobre alimentação saudável. Nos exemplares da coleção “B” o 2º ano destinou mais páginas para os hábitos de higiene, o 3º ano para a relação saúde e meio ambiente, o 4º ano para alimentação saudável e a obra do 5º ano enfatizou a gravidez na adolescência e a saúde dos órgãos do sentido.

Semelhante ao presente estudo Monteiro (2012) encontrou que os temas mais frequentes para o 2º ano estavam relacionados à apresentação dos órgãos dos sentidos e aos hábitos de higiene, no 3º ano o tema mais freqüente se refere à relação entre poluição e saúde, para o 4º ano a discussão sobre ambiente avança e, além disso, também são discutidos com frequência alimentação e nutrição e no 5º ano grande parte dos conteúdos diz respeito à

organização e funcionamento do corpo humano, conteúdos esses que não foram objetos de análise nesta pesquisa.

A tabela 2 ilustra que o subtema mais abordado foi o segundo apresentado, doenças e enfermidades. Monteiro et al. (2010) não realizou um estudo com livros para os Anos Iniciais e sim para os Anos Finais do Ensino Fundamental mas, similar a este estudo, encontrou a predominância dos conteúdos sobre saúde relativos à doenças. Ilha et al. (2013) da mesma maneira analisou volumes para os Anos Finais e concluiu que o modo como os livros tratam assuntos relacionados à promoção da saúde visam, sobretudo, informar sobre doenças específicas, suas causas e profilaxias e não a melhoria e manutenção da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos, em decorrência de comportamentos, escolhas e meios que favoreçam a tomada de decisão consciente e justificada de acordo com os interesses particulares e sociais relativos à saúde. Correlacionando esse resultado encontrado com o texto dos PCNs o mesmo indica que se pretende na EpS é um trabalho pedagógico cujo enfoque principal esteja na saúde e não na doença (BRASIL, 1997c). Assim, o processo educativo deve favorecer a consciência do direito à saúde e instrumentalizar para a intervenção individual e coletiva sobre os determinantes do processo saúde/doença, os valores e a aquisição de hábitos e atitudes constituem as dimensões mais importantes (BRASIL, 1997c).

Tabela 2- Ocorrência e modos de apresentação dos subtemas

Subtemas	Modo de apresentação (n=84)			
	AP	T	AP+T	Total
Alimentação saudável	1	2	4	7
Doenças e enfermidades	1	7	12	20
Drogas lícitas	0	0	2	2
Gravidez na adolescência	1	0	1	2
Hábitos de higiene	0	3	5	8
Hábitos de lazer	0	3	1	4
Prática de exercício e atividade física	1	0	4	5
Prevenção de acidentes	1	1	6	8
Saúde materno infantil	0	1	3	4
Saúde dos órgãos do sentido	1	4	4	9
Saúde relacionada ao meio ambiente	0	6	6	12

Vacinação	0	2	1	3
Total	6	29	49	84

AP- atividade proposta; T- texto; AP+T- atividade proposta e texto.

Na tabela 2 também se pode identificar que a saúde relacionada ao meio ambiente é o outro subtema mais frequente, os temas menos abordados foram drogas e gravidez na adolescência. De acordo com os PCNs as crianças são consideradas bons agentes de saúde e o estabelecimento de relações entre o ambiente e a qualidade da sua própria vida possibilitam ao educando entender-se como protagonista que participa da produção do ambiente e é afetado por sua qualidade, por isso é importante gerar oportunidades de reconhecimento do espaço circundante para identificar inter-relações entre saúde e meio ambiente e medidas práticas de proteção (BRASIL, 1997c). No que se refere a abordagem de assuntos sobre as drogas, conforme o documento dos PCNs Saúde para o 1º e 2º ciclo, a iniciação ao consumo de drogas é considerada um fator de risco em muitas realidades de crianças nesta fase inicial da escolarização devido a grupos sociais próximos a elas apresentarem esse hábito logo, torna-se indispensável e importante a abordagem desse assunto desde cedo (BRASIL, 1997c). Em relação ao subtema gravidez na adolescência, esse não está presente no texto dos PCNs para estes primeiros ciclos (atualmente anos iniciais de 1º ao 5º ano) e sim no documento para o terceiro e quarto ciclos (antes 5ª a 8ª série e agora 6º ao 9º ano), pois é a fase em que os alunos encontram-se na adolescência e puberdade, todavia identificamos uma relação entre Temas Transversais, saúde e orientação sexual, e uma preocupação antecipada por parte das duas coleções analisadas. Ressalta-se que este subtema foi encontrado somente nos livros voltados para os alunos do 5º ano.

Particularmente quanto ao modo como os assuntos sobre saúde foram apresentados, a tabela 2 mostra que a maioria (49 conteúdos) foi através de atividades propostas com textos. A pesquisa de Moreira et al. (2009) revelou que as unidades de registro de texto correspondiam cerca de 90% do total da apresentação de descritores sobre saúde, no estudo de Martins et al. (2012) a maioria das discussões sobre saúde se encontrava em atividades ou no texto principal e, similar ao presente estudo, Freitas e Martins (2008a) constataram que as atividades propostas contemplavam questões de saúde de forma modesta, dos 371 enunciados analisados 43 eram atividades propostas. Pode-se inferir que a saúde obtém mais êxito para ser abordada enquanto um Tema Transversal, nos livros didáticos, quando os assuntos são apresentados por meio de atividades propostas proporcionando ao aluno ser mais ativo na

construção do seu conhecimento, o que se torna mais dificultoso se for somente com o repasse de informações através da leitura de um texto.

4.3- Abordagem da saúde enquanto Tema Transversal

De acordo com Freitas e Martins (2008b) conceituar transversalidade é uma tarefa difícil, pois diferentes autores a interpretam de formas distintas. Se for considerada a origem da palavra essa vem do latim *transversalis* que significa relativo ao que está cruzado sobre algo. Assim, para os PCNs a transversalidade é uma forma de organizar o trabalho didático e implica em os temas eleitos atravessarem os diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 1997a). Apesar disso, mais do que uma metodologia para inclusão dos temas no currículo a proposta da transversalidade assume um compromisso para a construção da cidadania e para que isso aconteça os PCNs apresentam vários elementos a serem explorados os quais neste estudo, alguns, estão representados nas nove categorias mencionadas anteriormente.

Considerando a análise individual das temáticas em relação às categorias correspondentes à transversalidade verifica-se que apenas 10 dos 84 conteúdos avaliados aproximaram-se do tratamento da saúde enquanto um Tema Transversal. Ao analisarmos a ocorrência das categorias encontramos que em 5 conteúdos estavam presentes cinco das nove categorias, 4 conteúdos apresentaram seis categorias e somente 1 conteúdo contemplou na sua abordagem sete categorias, nos outros conteúdos a ocorrência das categorias foi inferior a 5. Por fim constata-se a saúde não é abordada como um Tema Transversal nos oito volumes que fizeram parte deste estudo, pois nenhum conteúdo contemplou as nove categorias eleitas como representativas da abordagem transversal, no entanto 11,90% dos conteúdos acercaram-se da ideia de transversalidade proposta nos PCNs.

Freitas e Martins (2008b) relataram que as suas análises mostraram uma defasagem entre as orientações contidas nos PCN acerca de transversalidade, formação para a cidadania e promoção da saúde na coleção analisada. Martins et al. (2012) ao analisar as abordagens de saúde em um livro didático de biologia largamente utilizado no Ensino Médio brasileiro encontraram que o mesmo não contribui de forma significativa para a formação da cidadania, no que diz respeito à saúde, nem incentiva o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade social dos alunos. Ilha et al. (2013) também não analisou a transversalidade na óptica dos PCNs e sim a promoção da saúde nos livros didáticos de Ciências do 6º ao 9º ano, mas afirma que o tratamento dado à promoção da saúde não torna o livro um suporte didático, o qual o professor possa usar para desenvolver sobre o tema com seus alunos de forma contextualizada e reflexiva. Ainda, esses autores afirmam que para o aluno promover

sua própria saúde é necessário desenvolver reflexões que contribuam para a construção de ações individuais e coletivas que promovam a qualidade de vida.

Conforme o documento Apresentação dos Temas Transversais a finalidade última dos Temas Transversais é que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença e intervir de forma responsável (BRASIL, 1997a). Os dados obtidos, dispostos na tabela 3, apontam que em ambas as coleções as situações em que o aluno deve se posicionar ou opinar são as mais frequentes. O fragmento a seguir, retirado da coleção “B”, ilustra essa categoria: “*Na sua opinião, as crianças da sua idade passam mais tempo brincando ao ar livre ou jogando videogame e outros jogos no computador? O que você acha disso?*” (CRUZ, 2008a, p. 32). O documento dos PCNs ainda aponta, como orientação didática, que devem ser eleitos métodos e atividades ricas em situações de participação como seminários, exposição de trabalhos, organização de campanhas, monitoria de grupos de estudos, eleição e desenvolvimento de projetos para que os alunos possam opinar, assumir responsabilidades, colocar-se, resolver problemas e conflitos e refletir sobre as conseqüências de seus atos (BRASIL, 1997a).

Tabela 3- Ocorrência das categorias nas duas coleções analisadas

Categorias	Coleção A		Coleção B	
	n (43)	%	n (41)	%
1-Considera conhecimentos prévios e/ou experiências extra-escolares?	13	30,23	12	29,26
2- Propõe situações que o aluno deva se posicionar/ opinar/resolvê-las?	25	58,13	26	63,41
3-Faz relação com o cotidiano do aluno/ explora a realidade pessoal e social?	16	37,20	11	26,82
4-Possibilita o aluno vivenciar/ experienciar/ intervir?	13	30,23	4	9,75
5-Permite interação com os colegas e professor/ construção coletiva de atividades e conhecimento?	18	41,86	11	26,82
6-Propõe trabalhos em conjunto com a família?	4	9,30	1	2,43
7- Incentiva/ proporciona o contato com instituições compromissadas com as questões de saúde?	9	20,93	1	2,43
8- Fornece elementos para que o aluno perceba e	2	4,65	0	0

entenda os seus direitos e deveres?				
9- Há um aprofundamento das temáticas nos volumes seguintes?	6	13,95	8	19,51

Na coleção “A” o segundo aspecto mais explorado é a quinta categoria, “permite a interação com os colegas e professor assim como a construção coletiva de atividades e conhecimento”, enquanto que a coleção “B” valoriza a primeira categoria, “conhecimentos prévios e a experiência extra-escolar”. Os fragmentos apresentados na sequência elucidam essas duas categorias, respectivamente: *“Planejem e escrevam um folheto educativo sobre as doenças que os alunos da classe pesquisaram. Não se esqueçam das informações sobre as formas de contágio e de prevenção. Distribuem o folheto na escola”* (PORTO et al., 2010b, p. 89). *“Você conhece outros nomes dados à mandioca? Quais?”* (CRUZ, 2008a, p. 27).

Os Temas Transversais compreendem relações entre alunos, professores e diferentes membros da comunidade escolar, são nas relações interpessoais que o aluno é desafiado a se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações (BRASIL, 1997a). Freitas e Martins (2008b) em seu estudo não encontraram estímulo à realização de atividades em grupo, o que segundo as autoras poderia favorecer práticas de compartilhar ideias, discutir, negociar e tomar decisões. A respeito das experiências além do contexto escolar, os PCNs colocam que a transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção por isso, abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos (BRASIL, 1997a). Sobre os conhecimentos prévios dos alunos, são levados em consideração porque existem fatores culturais importantes que determinam a impossibilidade de existência de uma relação direta entre informação-mudança de atitudes.

Em terceiro lugar dos elementos de maior ocorrência está a terceira categoria a qual diz respeito ao relacionamento dos assuntos com o cotidiano do aluno, os seguintes fragmentos demonstram essa abordagem nas duas coleções: *“Na região em que vocês moram, todos tem água apropriada ao consumo em casa?”* (PORTO et al. , 2010b, p. 84). *“Na sua casa há água encanada? Se não, de onde vem a água?”* (CRUZ, 2008b, p. 25). A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real (BRASIL, 1997a). No estudo de Freitas e Martins (2008b) apenas pouco mais de 5% dos enunciados que abordavam temas relacionados à saúde

na coleção o faziam de forma problematizadora, vinculando-os a uma situação do cotidiano do aluno e levando-o a pensar, o que para as autoras pode resultar num enfraquecimento da discussão das questões relacionadas à cidadania.

Com relação aos demais elementos explorados, na coleção “A” são mais frequentes a quarta e a sétima categoria, já na coleção “B” tem maior ocorrência a nona categoria. Os PCNs apontam que devem ser contempladas aprendizagens que permitam efetivar o princípio de participação e o exercício das atitudes e dos conhecimentos adquiridos. A participação é um princípio da democracia que necessita ser trabalhado, pois se aprende a participar participando, sendo ainda importante considerar que a mesma deve ser dimensionada a partir dos limites de possibilidade dos alunos e da complexidade das situações (BRASIL, 1997a). Em relação ao contato com as instituições e organizações compromissadas com as questões de saúde, os PCNs consideram como uma rica contribuição, principalmente pelo vínculo que se estabelece com a realidade da qual se está tratando, por outro lado permite produção coletiva do conhecimento (BRASIL, 1997a). Quanto ao aprofundamento das temáticas nos volumes seguintes, conforme os PCNs, a inclusão dos Temas Transversais implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, permitindo assim um tratamento cada vez mais aprofundado dos assuntos (BRASIL, 1997a).

Ainda de acordo com a tabela 3, em contrapartida, o aspecto mais desprezado e até inexistente na coleção “B” é a categoria 8, “fornecimento de elementos para que o aluno perceba e entenda os seus direitos e deveres”. Os PCNs indicam como um dos objetivos do Ensino Fundamental que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais (BRASIL, 1997a). Não obstante, revelam que o compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental (BRASIL, 1997a).

Dentre os aspectos escassos está também a “proposição de trabalhos em conjunto com a família”. Como orientação didática os PCNs afirmam que é essencial o trabalho conjunto da escola com a família e grupos de referência para o aluno (BRASIL, 1997c). Silveira e Wagner (2009) asseguram que desde o surgimento da escola como instituição social e sistema de educação formal suas raízes encontram-se entrelaçadas à família, a existência de canais de comunicação e de participação entre a vida familiar e escolar pode favorecer o desenvolvimento infantil e a relação família-escola. Além do mais, os PCNs apontam que a

contribuição da educação escolar é de natureza complementar à familiar, ambas não se excluem nem se dispensam mutuamente (BRASIL, 1997a).

Ademais, segundo o documento de Apresentação dos Temas Transversais, atitudes favoráveis ou desfavoráveis à saúde são construídas desde a infância, por isso a necessidade e a importância da abordagem deste Tema Transversal desde o ingresso na Educação Básica. A escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável e essa formação dos alunos para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social (BRASIL, 1997a).

Considerações Finais

A abordagem da saúde enquanto Tema Transversal não é obrigatória nas escolas, assim como os PCNs são documentos opcionais para se agregar a prática pedagógica, todavia o ensino e aprendizado tende a ser mais motivador e significativo, pois é considerada a realidade do aluno assim como é valorizada a sua opinião, o seu conhecimento e experiências extra-escolares e sua participação, isto é, o aluno é um sujeito ativo e o elemento central na própria construção do seu conhecimento, além desta abordagem preparar o sujeito para exercer a cidadania.

Os resultados obtidos mostraram que os conteúdos sobre saúde correspondem a uma pequena parcela do total de informações contidas em cada um dos oito volumes analisados, os dados permitem também inferir que a saúde está mais presente nos exemplares voltados para o 2º ano e ainda verificou-se que apesar da diversidade de assuntos encontrados nas coleções predominaram as discussões sobre doenças e enfermidades.

No que se refere à análise na perspectiva transversal a saúde não foi tratada como tal, apenas poucos conteúdos aproximaram-se desse tratamento. Aponta-se que para haver essa abordagem, nos livros didáticos, é necessário que os assuntos sejam apresentados e dispostos em atividades propostas logo, sugere-se que os Temas Transversais devam ser explorados em cadernos ou exemplares com proposição de exercícios, roteiros de sugestões para que o professor prepare a sua atividade ou ainda materiais introdutórios, de fácil entendimento, para que o docente possa compreender o real significado de um Tema Transversal, pois entende-se que a problemática presente na realidade das escolas está atrelada a dificuldade de interpretação do que consta nos documentos dos PCNs, mais que aprender ou ensinar o aluno precisa vivenciar os Temas Transversais.

A partir deste estudo espera-se que a compreensão de transversalidade, representada nas categorias, possa servir como critérios de análise para outros futuros trabalhos relacionados a livros didáticos e Temas Transversais, colaborar para que novos materiais didáticos sejam produzidos sobre este enfoque e gerar discussões no ambiente acadêmico e no contexto escolar. Considerando a ampla utilização do livro didático é indispensável que outros recursos e outras fontes de informações sejam utilizados a fim de complementar o que as obras apresentam, pois com esta pesquisa conclui-se que os oito livros analisados não são materiais para servir como único suporte para o estudo da saúde como um Tema Transversal.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, A. A. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BOMFIM, A. M. et al. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n.1, 2013.

BRASIL. Decreto Nº 7.084, de 27 de Janeiro de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF. 1997a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais (1ª a 4ª séries)*. Brasília: MEC/SEF. 1997b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde (1ª a 4ª série)*. Brasília: MEC/SEF, 1997c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: saúde*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Saúde. *VIII Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1986.

CARNEIRO, M. H. et al. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. *ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 7, n. 2, 2005.

CASSIANO, C. C. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 2007. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, J. L. *Ciências – Projeto Pitanguá, 2º ano*. São Paulo: Moderna, 2008a.

CRUZ, J. L. *Ciências – Projeto Pitanguá, 3º ano*. São Paulo: Moderna, 2008b.

CRUZ, J. L. *Ciências – Projeto Pitanguá, 4º ano*. São Paulo: Moderna, 2008c.

CRUZ, J. L. *Ciências – Projeto Pitanguá, 5º ano*. São Paulo: Moderna, 2008d.

FREITAS, E. O.; MARTINS, I. Concepções de saúde nos livros didáticos de ciências. *ENSAIO-Pesquisa em Educação em Ciências (Impresso)*, v. 10, p. 1-22, 2008a.

FREITAS, E. O.; MARTINS, I. Transversalidade, formação para a cidadania e promoção da saúde no livro didático de ciências. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v.1, n.1, p 12-28, 2008b.

GARCIA, P. S.; BIZZO, N. A pesquisa em livros didáticos de ciências e as inovações no ensino. *Educação em Foco*, v. 15, p. 13-35, 2010.

ILHA, P. V. et al. A promoção da saúde nos livros didáticos de ciências do 6º ao 9º ano. *ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v.6, n.3, p.107-120, 2013.

LANES, D. C. et al. Estratégias lúdicas para a construção de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil. *Revista Ciências & Idéias*, v. 4, n.1, 2012.

LOMÔNACO, A. F. Concepções de saúde e cotidiano escolar - o viés do saber e da prática. In: 27ª ANPED, 2004. Caxambu, 2004.

MARCONDES, R. S. *Educação sanitária em nível nacional*. 1964. Tese (Doutorado-Faculdade de Higiene e Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

MARINHO, J. C.; SILVA, J. A. A temática “saúde” na concepção de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: questões concernentes a metodologias e aprendizagem. In: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região, 2012, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

MARTINS, L. et al. Abordagens de saúde em um livro didático de biologia largamente utilizado no ensino médio brasileiro. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 17, n. 1, p. 249-283, 2012.

MOHR, A. Análise do Conteúdo de ‘Saúde’ em Livros Didáticos. *Ciência & Educação*, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2000.

MOHR, Adriana. *A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MOHR, A. A saúde na escola: análise de livros didáticos de 1ª a 4ª séries. *Cadernos de Pesquisa*, n.94, p.50-57, 1995.

MOHR, A.; SCHALL, V. T. Trends in health education in Brazil and relationships with environmental education. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 8, n. 2, p.199-203, 1992.

MOREIRA, L. D. et al. A saúde e o ambiente nos livros didáticos: vieses no ensino de ciências. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v.6, n. 1, p. 35-60, 2013.

MOREIRA, M. C. et al. Saúde no livro didático de ciências: um exercício de análise. VII EMPEC- Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Florianópolis, 2009.

MONTEIRO, P. H. et al. As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a AIDS nos livros didáticos para o ensino fundamental no Brasil: abordagens e implicações educacionais. *Acta Scientiae*, v. 12, n.1, p.123-138, 2010.

MONTEIRO, P. *A saúde nos livros didáticos no Brasil: concepções e tendências nos anos iniciais do ensino fundamental*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, T. G.; MARTINS, I. Elementos composicionais do texto sobre genética no livro didático de ciências. *ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v.2, n.1, p.3-25, 2009.

OSSAK, A. L.; BELLINI, M. O livro didático em ciências: condutor docente ou recurso pedagógico? *Ensino, Saúde e Ambiente*, v.2, n.3, p 2-22, 2009.

PELICIONI, M. C.; TORRES, A. L. *A Escola Promotora de Saúde*. São Paulo: Departamento de Prática de Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, USP, 1999, p. 1-13. (série monográfica nº 12).

PORTO, A. et al. *Ciências - Asas para voar*, 2º ano. São Paulo: Ática, 2010a.

PORTO, A. et al. *Ciências - Asas para voar*, 3º ano. São Paulo: Ática, 2010b.

PORTO, A. et al. *Ciências - Asas para voar*, 4º ano. São Paulo: Ática, 2010c.

PORTO, A. et al. *Ciências - Asas para voar*, 5º ano. São Paulo: Ática, 2010d.

RANGEL, M. Educação e saúde: uma relação humana, política e didática. *Educação*, v. 32, n. 1, p. 59-64, 2009.

ROSA, S. R.; SILVA, M. R. A História da ciência nos livros didáticos de biologia do ensino médio: uma análise do conteúdo sobre o episódio da transformação bacteriana. *ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v.3, n.2, p.59-78, 2010.

RUPPENTHAL, R.; SCHETINGER, M. R. O sistema respiratório nos livros didáticos de ciências das séries iniciais: uma análise do conteúdo, das imagens e atividades. *Ciência & Educação*, v. 19, n. 3, p. 617-632, 2013.

SILVEIRA, L. M.; WAGNER, A. Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, v. 13, n. 2, 2009.

YUS, R. *Temas transversais em busca de uma nova escola*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANCUL, M. S.; GOMES, P. H. A formação de licenciandos em ciências biológicas para trabalhar temas de educação em saúde na escola. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v.4 n1 p.49-61, 2011.

Marcelli Evans Telles dos Santos possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Federal do Pampa. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM como bolsista CAPES/INEP do Programa Observatório da Educação.

Daniel Morin Ocampo possui graduação em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e especialização em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Mario Olavo da Silva Lopes possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e especialização em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Diogo Onofre Gomes de Souza possui graduação em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas, mestrado em Bioquímica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Bioquímica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado na University of London. Atualmente é orientador no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Vanderlei Folmer possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorado em Bioquímica pela Universidade Federal de Santa Maria e pós-doutorado em Bioquímica pela Universidade de Lisboa. Atualmente é professor adjunto no Campus de Uruguaiana da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e coordenador do Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ) da UNIPAMPA.

3.3 Manuscrito 3:

O manuscrito número 3 “**Educação para a Saúde nos Anos Iniciais da Educação Básica: um relato de experiência**” é referente ao quinto e sexto objetivo desta dissertação e será submetido para a revista B2 Ciências & Ideias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Health education in the early years of basic education: an experience report

Marcelli Evans Telles dos Santos¹ [marcelli_mets@hotmail.com]
Cristiane Barbosa Soares² [cristi.soa@gmail.com]
Dandara Fidélis Escoto² [dandy_fidelis@hotmail.com]
Vanderlei Folmer^{1,2} [vandfolmer@gmail.com]

¹ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – Av. Roraima nº 1000 - Cidade Universitária - Bairro Camobi - Santa Maria/RS, Brasil.

² Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA Campus Uruguaiana - BR 472 - Km 592 - Caixa Postal 118 – Uruguaiana/RS, Brasil.

RESUMO

O ambiente escolar é o lugar ideal para se desenvolverem programas de educação para a saúde, pois exerce grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas. Neste sentido, os Anos Iniciais da Educação Básica se apresentam como a etapa mais importante da escolarização para serem explorados os assuntos relacionados ao Tema Transversal saúde. No presente trabalho são relatadas intervenções que objetivaram promover a saúde numa perspectiva global e contextualizadora. As atividades foram desenvolvidas com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, durante o ano de 2012, em três

escolas do município de Uruguaiana/RS que obtiveram baixo rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Em cada uma das 25 turmas participantes foram realizados 5 encontros com objetivos diferenciados. Participaram dos encontros aproximadamente 360 alunos e os mesmos oportunizaram a participação ativa dos estudantes, a contextualização, atividades práticas e lúdicas, discussões, a construção coletiva do conhecimento e a interação entre colegas e mediadores. Espera-se que as intervenções tenham potencializado os conhecimentos dos alunos e contribuído para reflexões sobre as condutas e hábitos de vida conduzindo a mudanças/escolhas positivas, a multiplicação das ações e a propagação das aprendizagens para a realidade na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Saúde na escola, Tema Transversal Saúde, Anos Iniciais.

ABSTRACT

The school environment is an ideal place to develop education programs for health because it exerts great influence on his students in the formative stages and most important place in their lives. In this sense, the first years of basic education are presented as the most important stage of schooling to be explored issues related to the Health Transversal Theme. In this work are reported interventions that aimed to promote health in a comprehensive and contextualized perspective. The activities were conducted with students from 1st to 5th grade of elementary school, during the year 2012, in three schools from Uruguaiana/RS who obtained low performance in the Index of Basic Education Development. In each of the 25 participating classes 5 meetings with different objectives were achieved. Participated in the meetings about 360 students and the same allowed active student participation, contextualization, practice and play activities, discussions, collective construction of knowledge and interaction among colleagues and mediators. It is expected that the interventions have enhanced the knowledge of school and contributed to reflections on the behaviors and habits of life leading to positive changes, the multiplication of actions and the propagation of learning to the reality in which they live.

Keywords: School health, Health Transversal Theme, Early Years.

INTRODUÇÃO

A educação para saúde, pilar da promoção da saúde, deve ser entendida como uma estratégia para o desenvolvimento de uma consciência sanitária que seja capaz de prover o cidadão de meios para a busca de hábitos saudáveis e de condições que propiciem qualidade de vida e que levem ao autoconhecimento e ao autocuidado (LOMÔNACO, 2008). Nessa perspectiva Catrib (2003) aponta que o ambiente escolar é o lugar ideal para se desenvolverem programas de educação para a saúde de amplo alcance e repercussão, uma vez que exerce uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas.

Assim sendo, surgem nos anos 90 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para auxiliar o trabalho no contexto escolar e apresentam seis temáticas dentre as quais a saúde, denominadas de “Temas Transversais”, consideradas de urgência social e abrangência nacional para serem exploradas em todas as áreas do conhecimento. Os PCNs ao proporem que os Temas Transversais façam parte da organização escolar objetivam, sobretudo, um compromisso com a formação dos educandos para a cidadania (BRASIL, 1997). Neste contexto, somente o repasse de informações não é considerado efetivo e significativo para auxiliar na formação dos hábitos e atitudes dos educandos, é necessário uma prática pedagógica contextualizadora que também considere os conhecimentos prévios e experiências extra-escolares dos alunos e proporcione interações entre colegas, professores e familiares.

Deste modo, os Anos Iniciais da Educação Básica se apresentam como a etapa mais importante da escolarização para serem explorados os assuntos relacionados ao Tema Transversal saúde, pois de acordo com Lara (2013) nessa fase escolar as crianças se apresentam mais receptivas a novas aprendizagens e tendem a incorporar hábitos de vida que perduram ao longo da idade adulta, sendo vital a abordagem de estilos de vida saudáveis de forma precoce no contexto escolar dos Anos Iniciais.

O presente trabalho integra uma dissertação de mestrado relativa ao Tema Transversal saúde no contexto dos primeiros anos da escolarização e a mesma faz parte de um projeto mais abrangente que objetiva contribuir com as escolas para que obtenham um melhor rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um indicador sintético que permite definir metas e acompanhar a qualidade do ensino básico no País fornecendo informações sobre o desempenho de cada uma das escolas brasileiras de Educação Básica (CASTRO, 2009). Mesmo havendo um avanço nos últimos anos, os resultados obtidos retratam uma baixa qualidade da Educação Básica no Brasil e as análises apontam o processo de alfabetização como uma etapa decisiva para o bom desempenho escolar (BRASIL, 2010).

Considerando os aspectos anteriormente expostos, objetivou-se proporcionar atividades relacionadas à saúde para alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a fim de promovê-la em uma perspectiva global e contextualizadora e da mesma maneira identificar o que os estudantes compreendem por saúde. O presente estudo objetiva relatar essa experiência com as atividades as quais foram realizadas em três escolas públicas estaduais do município de Uruguai/RS que obtiveram baixo rendimento no IDEB.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho iniciou após receber aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Na sequência, as escolas e os participantes foram informados sobre o presente estudo e convidados a participar voluntariamente logo, cada professor responsável pela turma, que concordou em

participar do estudo, recebeu um cronograma com as datas de realização dos encontros.

As atividades foram realizadas com os alunos do 1º ao 5º ano a cada 15 dias durante o ano de 2012, no período de maio a setembro, totalizando a participação de 25 turmas. Em cada turma foram realizados 5 encontros o que resultou um total de 125 intervenções. Destacamos que ao término dos encontros cada professor recebeu um documento impresso contendo a descrição de cada atividade realizada assim como os materiais utilizados e um relatório contendo os resultados obtidos. A seguir serão descritas essas atividades.

Encontro 1: O que é saúde?

O objetivo do primeiro encontro foi conhecer quais as percepções/conhecimentos prévios dos alunos sobre saúde assim, foi entregue a cada aluno do 1º e 2º ano uma folha em branco e solicitado que desenhasse o que significava saúde, já os alunos do 3º, 4º e 5º anos manifestaram suas percepções de maneira textual. Após, foi apresentada a figura de um corpo humano no qual deveriam ser escritas coisas que fazem bem para a saúde na parte interna e coisas que não fazem bem na parte externa, citadas pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano enquanto que os alunos do 4º e 5º ano realizaram a atividade de forma escrita em grupos.

Encontro 2: Eu de bem comigo mesmo- Higiene, Alimentação e Exercício Físico

Esta atividade objetivou trabalhar sobre higiene, alimentação e exercício físico associados a possíveis doenças. Os alunos foram organizados em duplas logo, foi mostrada uma figura com o intuito de apresentar uma situação problema: o personagem da figura estava acima do peso, sujo e com alimentos considerados não saudáveis ao seu redor. Após foi entregue aos alunos duas folhas contendo várias figuras, os alunos foram orientados a recortar 24 dessas as quais deveriam ser as soluções para os problemas apresentados, isto é, coisas ou ações que poderiam ajudar o rapaz da figura ter saúde ou que ele deveria ter feito para não ficar assim.

As 24 figuras deveriam ser coladas em uma cartela de bingo (Bingo da Saúde!) que seria jogado ao final da atividade. Entretanto, só seriam sorteadas no bingo as atitudes saudáveis assim, somente teria a chance de vencer o jogo os alunos que recortassem e colassem as figuras saudáveis. Os alunos foram orientados que as figuras escolhidas deveriam ser um consenso da dupla e não uma escolha individual.

Posteriormente, após concluírem a construção da cartela foi passado o vídeo Saúde!! Com Dr. Esportes (disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=gG7Z-0Sy-xU>) que abordou sobre higiene, boa alimentação e exercícios físicos e também através de slides foi abordado sobre a pirâmide alimentar e algumas doenças relacionadas à alimentação como a obesidade, desnutrição, *diabetes mellitus* e hipertensão arterial sistêmica. Para finalizar o encontro foi realizado o Bingo da

Saúde no qual os alunos puderam jogar e se divertir, os ganhadores receberam como premiações materiais escolares.

Encontro 3: Saúde é também bem estar mental e social!

Este encontro teve o intuito de mostrar que saúde não é somente ter bons hábitos de higiene e alimentar-se bem, é preciso também ter bem estar mental e bom relacionamento com as pessoas, os animais e a natureza. Foi organizado um círculo com toda a turma e no centro estavam dispostas palavras, para os alunos do 4º e 5º ano, e figuras, para os do 1º e 2º, relacionadas à saúde mental e social. No seguimento, distribuíram-se dois envelopes para cada aluno, um na cor azul que correspondia à saúde mental e outro na cor verde à saúde social, cada aluno em sua vez escolhia as palavras/figuras de acordo com cada envelope. Após, divididos em grupos deveriam unir suas palavras com os demais componentes do grupo e escolher quais daquelas ações estavam corretas utilizando essas para a confecção de um cartaz.

Encontro 4: A Saúde é um direito de todos!

Foram apresentados aos alunos, por meio de figuras relativas ao contexto do município, 10 lugares (posto de saúde, casa, supermercado, farmácia, hospital, escola, Parcão, academia, clube e cinema) dos quais os alunos deveriam escolher 5 que achavam ser locais em que se poderia buscar por saúde. Na continuidade, foi realizada uma discussão com toda a turma acerca desses locais e o que se encontrava em cada um deles, do mesmo modo foi discutido sobre os direitos dos alunos relacionados a esses lugares. Depois, em duplas solicitou-se que os alunos criassem uma história em quadrinhos tendo como temas doenças já conhecidas por eles.

Encontro 5: A saúde está em tudo!

O último encontro teve a pretensão de sintetizar e relembrar as atividades desenvolvidas nos encontros anteriores e os assuntos trabalhados em um jogo. Nesse jogo os alunos deveriam avançar ou retornar casas conforme a sorte e também houve momentos de questionamentos testando assim os conhecimentos.

RESULTADOS

Participaram das atividades cerca de 360 alunos e as mesmas propiciaram a construção coletiva do conhecimento e a interação entre colegas e mediadores por meio da contextualização, atividades lúdicas, resolução de problemas, relatos de experiência e discussões em que os alunos puderam expor suas opiniões e concepções.

Com relação às percepções dos educandos sobre saúde a figura 1 ilustra as categorias identificadas nas representações gráficas e textuais. Verifica-se que a

maioria dos alunos associa o significado da saúde a uma alimentação saudável, como comer frutas, e ao fato de se ter hábitos de higiene. De acordo com Bottan, Campos e Verwiebe (2008) esses indicadores correspondem ao bem estar físico e do mesmo modo em seu estudo as categorias que retrataram o bem estar mental e social foram menos frequentes. Já Nery et al. (2009) em seu estudo atribuíram a ocorrência desses indicadores a uma compreensão biológica sobre saúde e, embora tenham objetivado identificar a concepção de adolescentes, igualmente encontraram que a saúde estava relacionada diretamente a alguns hábitos de cuidados com o corpo como, por exemplo, tomar banho, se alimentar bem e comer verduras, legumes e frutas. Ainda, Moreira e Dupas (2003) investigaram o significado que a criança, na faixa etária de 7 a 12 anos, atribui à saúde e também perceberam que a mesma está condicionada aos cuidados com o corpo e com a alimentação e assim, perceberam que a criança projeta para si a responsabilidade sobre sua saúde, ou seja, a saúde depende de seus atos, das coisas que ela faz ou abre mão de fazer. Desta maneira, embora outros elementos tenham sido associados à compreensão de saúde como as atividades de lazer, o meio ambiente, o relacionamento interpessoal e a administração de medicamentos, podemos inferir que os participantes deste estudo possuem uma concepção fragmentada em relação ao conceito de saúde, pois o mesmo está atrelado a algumas dimensões limitadas.

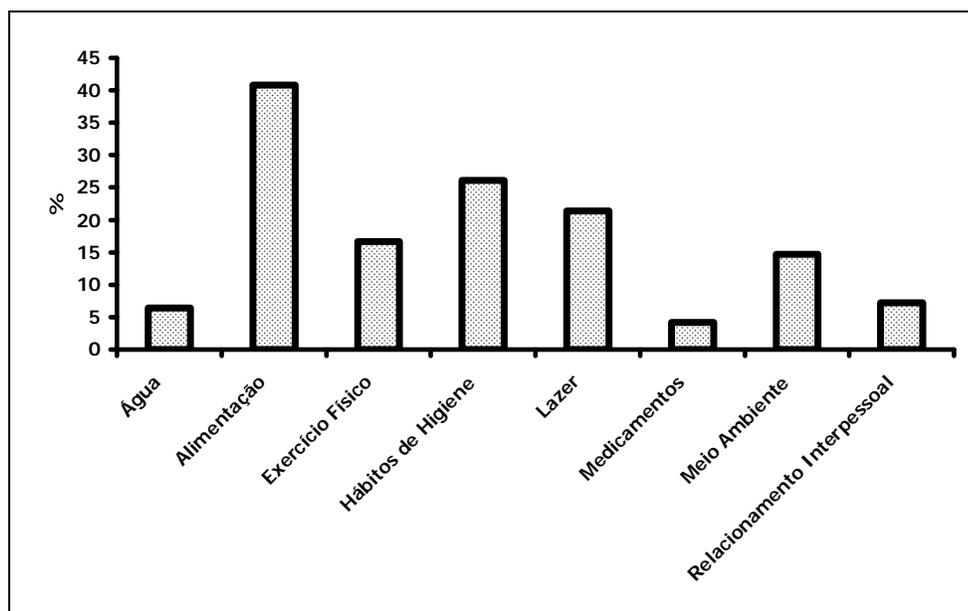


Figura 1: Percepções dos alunos sobre saúde

Ainda sobre o primeiro encontro, foram citados como itens saudáveis, principalmente pelos alunos do 4º e 5º ano, sentimentos como amizade, amor, felicidade e hábitos religiosos. Dentre os itens não saudáveis foram apontadas as drogas como o cigarro, Crack e as bebidas alcoólicas, a violência e o racismo, como demonstrado nas produções que seguem.

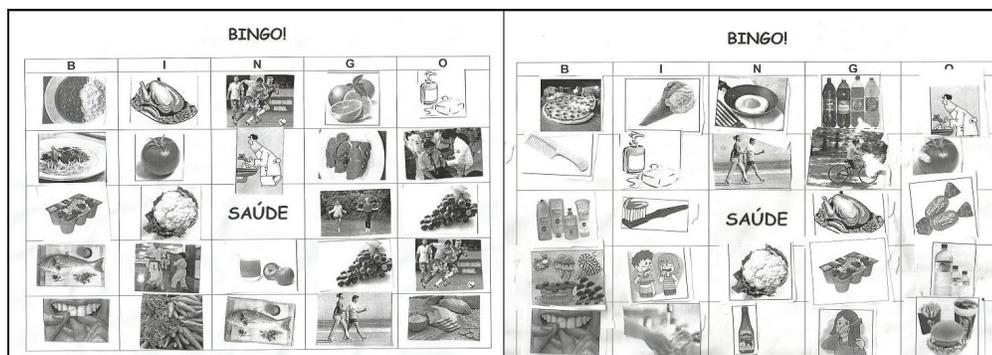


Figura 3: Cartelas do bingo elaboradas por alunos do 2º e 4º ano

Sobre o terceiro encontro, as atividades propiciaram ações de reflexão e de escolhas, os educandos demonstraram-se ativos, mas assim como no segundo encontro a maior dificuldade foi a construção do trabalho em conjunto com os demais colegas. A figura 4 representa o processo de execução de uma das atividades e a figura 5 ilustra os resultados de um dos grupos sobre esse encontro.



Figura 4: Processo de escolha das figuras pelos alunos do 2º ano



Figura 5: Cartazes elaborados por alunos do 5º ano

Já o quarto encontro, além das discussões sobre os direitos dos escolares em relação à saúde, oportunizou a familiarização dos alunos com as figuras dos locais apresentados. A figura 6 demonstra que o Posto de Saúde, a Farmácia e o Hospital são os principais locais entendidos pelos escolares para se buscar por saúde desse modo, é possível entender que o significado da saúde está relacionado como oposição à doença. As atividades de lazer proporcionadas, por exemplo, pelo cinema, clube e Parcão (parque, denominado Dom Pedro II, do município com espaço para a prática de exercícios físicos e atividades culturais e artísticas) que também contribuem para a promoção da saúde foram menos frequentes nas respostas.

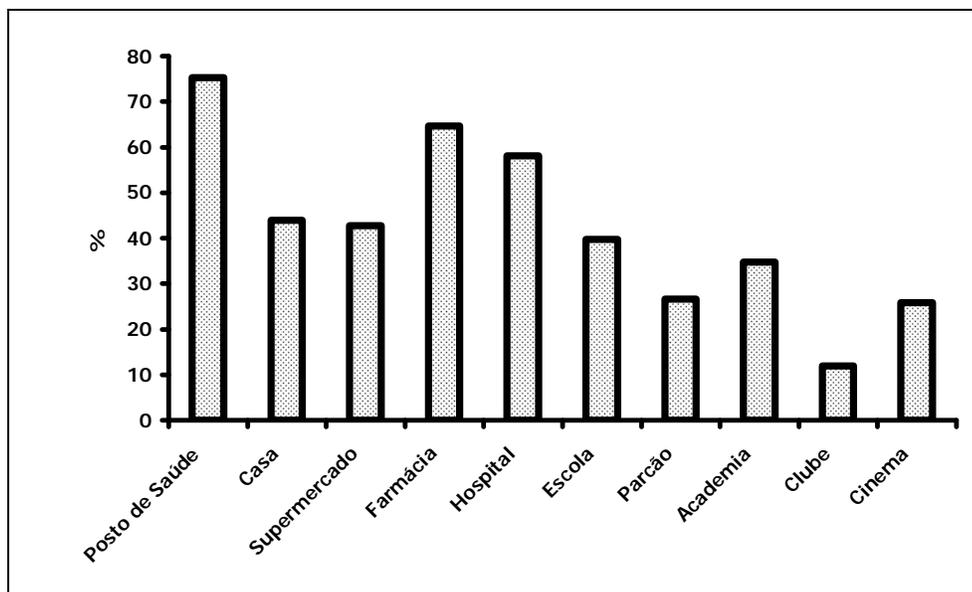


Figura 6: Locais que os alunos consideram que se pode buscar por saúde

As figuras 7, 8 e 9 mostram as produções dos educando em formato de histórias em quadrinhos. Embora alguns alunos ainda não dominem a escrita as histórias apresentaram-se com sequência lógica dos acontecimentos e com enredo sobre as doenças, constatou-se que mesmo que não tenham estudado em sala de aula os escolares tem ótimo conhecimento acerca das doenças conhecendo ainda suas causas, evolução e tratamento.

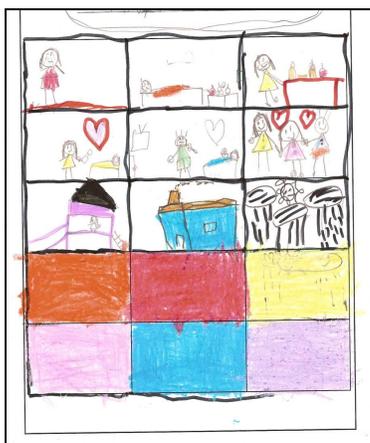


Figura 7: Produção de alunos do 1º ano

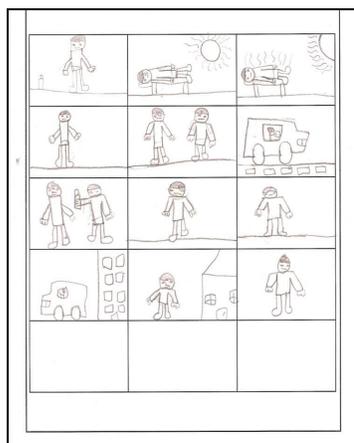


Figura 8: Produção de um aluno do 2º ano

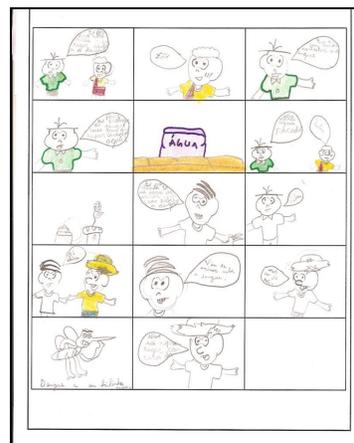


Figura 9: Produção de alunos do 5º ano

Por fim, em todas as etapas os alunos demonstraram-se receptivos e colaborativos, no entanto identificou-se que não possuem autonomia e independência para a realização das atividades propostas e apresentam dificuldades consideráveis para trabalhar em grupo, o que permite constatar que seus respectivos professores não estimulam ou estimulam pouco essas habilidades. Referente à saúde

identificou-se que é uma temática considerada interessante para os alunos, principalmente quando os assuntos tratam-se de doenças, e que atividades em que são utilizadas figuras são mais atraentes, portanto mais envolventes.

Ainda, foi questionado aos alunos as suas opiniões sobre as atividades/encontros (tratados por eles como “projeto”), no quadro 1 são apresentados alguns desses relatos os quais evidenciam a satisfação dos estudantes com a proposta ofertada.

Quadro 1: Relatos dos estudantes sobre o “projeto saúde”

Estudantes	Relatos
A	<i>“Eu achei muito interessante”</i>
B	<i>“Eu achei muito legal e muito divertido, eu aprendi muitas coisas”</i>
C	<i>“Bom porque eu aprendi sobre a saúde”</i>
D	<i>“Eu gostei de todos os dias, foi a maior aula, legal”</i>
E	<i>“Super divertido aprendemos várias coisas”</i>
F	<i>“Achei muito importante”</i>
G	<i>“Legal o projeto, achei o projeto criativo”</i>
H	<i>“Foi muito bom aprender como devemos cuidar da nossa saúde.”</i>
I	<i>“Eu achei excelente foi muito bom ter aprendido saber cuidar da minha saúde, muito obrigado”</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da saúde é de fundamental importância no contexto escolar, especialmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental e enquanto um Tema Transversal assim, este trabalho se propôs a incentivar a adoção hábitos saudáveis e nesse processo de promoção da saúde os estudantes foram os protagonistas.

As atividades de caráter prático e lúdico voltadas para o cotidiano e a realidade pessoal e social dos educandos proporcionam um maior envolvimento dos mesmos na abordagem do assunto em questão favorecendo um aprendizado significativo. Desse modo, esperamos que as intervenções tenham potencializado os conhecimentos dos escolares e contribuído para reflexões sobre as condutas e hábitos de vida conduzindo a mudanças e/ou escolhas positivas, a multiplicação das ações e a propagação das aprendizagens para a realidade na qual estão inseridos.

Agradecimento: À CAPES/INEP, por meio do Programa Observatório da Educação, pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Observatório Da Educação. Edital Nº 038/2010 Capes/INEP.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital038_ObservatorioEducacao_%202010.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** – Brasília, 2013.

BOTTAN, E. R.; CAMPOS, L.; VERWIEBE, A. P. Significado do conceito de saúde na perspectiva de escolares do ensino fundamental. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 21, n. 4, p. 240-245, 2008.

CASTRO, M. H. A consolidação da política de avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação**, v. 1, n. 3, p.271-296, 2009.

CATRIB, A. M. **Saúde no espaço escolar**. Fortaleza, Ceará: Edições Demócrito Rocha, 2003.

FERREIRA, C. P.; MEIRELLES, R. M. Elaboração de atividade lúdica relacionada ao tema água e saúde com a metodologia participativa. In: VI Encontro Nacional de Pesquisa no Ensino de Ciências, Florianópolis. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisa no Ensino de Ciências, 2007.

LARA, S. **Saúde cardiovascular como tema gerador no curso normal**. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LOMÔNACO, A. F. Educação em saúde: possibilidades do lúdico e do aprender. In: 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica Universidade Necessária: Utopias + distopias, Uberlândia, 2008.

MIRANDA, S. Educação: atividades lúdicas em sala de aula tornam o ensino mais fácil e atraente. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 168, p. 64-66, 2001.

MOREIRA, P. L.; DUPAS, G. Significado de saúde e de doença na percepção da criança. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 11, n. 6, p. 757-62, 2003.

NERY, A. A. et al. Concepção de saúde: visão de adolescentes do ensino fundamental de um município da Bahia. **Revista Saúde.com**, v. 5, n. 1, p. 17-30, 2009.

SCHULTZ, E. S.; MULLER, C.; CORRÊA, S. M. **Laboratório de aprendizagem: o lúdico nas séries iniciais**. 2005. Disponível em: <<http://www.coperves.ufsm.br/prograd/downloads/File/Laboratoriodeaprendizagem.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2013.

4. CONCLUSÕES

Saúde é qualidade de vida e, portanto, encontra-se vinculada aos direitos humanos, ao direito ao trabalho, à moradia, à educação, à alimentação e ao lazer. A escola é um espaço onde se constituem os cidadãos desses direitos, por meio de práticas realizadas por sujeitos sociais críticos e criativos, capazes de construir conhecimentos, relações e ações que fortalecem a participação das pessoas na busca de vidas mais saudáveis (BRASIL, 2005). Nessa perspectiva, o presente trabalho objetivou compreender o espaço ocupado pela saúde no contexto escolar, especificamente nos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental. Deste modo, verificou-se que saúde está presente no contexto dos Anos Iniciais da Educação Básica, embora não ocupe um espaço de destaque e não seja prioridade para as três escolas investigadas.

Apesar da utilização dos PCNs não ser obrigatória e, por conseguinte a abordagem da temática saúde como um Tema Transversal também não, a legislação educacional brasileira prevê que a escola deve preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e que os currículos obrigatoriamente devem abranger o conhecimento do mundo e da realidade social e política do Brasil (BRASIL, 2011a). Logo, devemos considerar que a abordagem da temática saúde nas escolas é obrigatória e que o trabalho com Temas Transversais é uma alternativa imprescindível para que o proposto pela legislação se concretize, se adotarmos a compreensão de transversalidade apontada nos PCNs. No presente estudo, constatou-se que a abordagem da saúde como um Tema Transversal, que objetiva preparar cidadãos para realizar ações e gerar atitudes saudáveis, não está contida no cenário das escolas de baixo IDEB estudadas. Entende-se que a dificuldade de interpretação desses documentos ou, na maioria das vezes, o desconhecimento dos mesmos não dá para as temáticas sociais, como a saúde, o devido tratamento.

Especificamente sobre as três etapas desta dissertação, a primeira teve o intuito de averiguar a formação e prática das professoras unidocentes. Com relação à formação acadêmica, parte das professoras unidocentes afirmou ter uma preparação insuficiente, obtida na formação inicial, para trabalhar com a temática saúde no ambiente escolar, todavia não investem em formação continuada. Identifica-se assim uma formação deficiente que repercute nas práticas pedagógicas

em que a maioria trabalha sobre saúde enfaticamente nas aulas de Ciências, outra grande parcela utiliza momentos como a hora da merenda para tratar do assunto, o principal suporte utilizado para planejamento é o livro didático, outras professoras afirmam não haver orientações e também preferem trabalhar individualmente em desacordo com planejamento escolar e ainda, em termos de recursos, utilizam com supremacia a sala de aula e as aulas expositivas explorando muito pouco as atividades lúdicas, aulas práticas, trabalhos em grupo, saídas de campo e o acesso aos laboratórios.

Relativo à segunda etapa desta pesquisa com os livros didáticos, as análises demonstraram que a saúde ocupa um número singelo de páginas que abordam predominantemente sobre as doenças e em segundo plano a relação saúde e meio ambiente. Quanto à abordagem na perspectiva da transversalidade, 51 dos 84 conteúdos, por meio de atividades propostas e textos, propuseram situações em que o aluno devia se posicionar, 29 favoreceram atividades coletivas e 27 fizeram relações com o cotidiano dos alunos, contudo apenas 10 conteúdos aproximaram-se da saúde enquanto um Tema Transversal, mas nenhum contemplou as nove categorias, elaboradas a partir dos PCNs, representativas de uma abordagem compromissada com a cidadania e uma educação para a saúde significativa.

A terceira etapa deste trabalho objetivou proporcionar aos alunos, das respectivas professoras que participaram da primeira etapa, atividades de educação para a saúde. Dessa forma, verificou-se que os alunos possuem uma concepção fragmentada sobre a saúde remetendo o seu significado principalmente a presença de hábitos alimentares saudáveis, hábitos de higiene e oposição à doença. As intervenções proporcionaram discussões, exposição das opiniões, contextualização, reflexões, escolhas, atividades lúdicas e construção coletiva de atividades e conhecimentos. Os alunos foram receptivos, participativos e ativos, entretanto identificou-se carência de autonomia e independência para a realização das atividades e estimáveis dificuldades para o trabalho em grupo, confirmando os dados obtidos na investigação das práticas pedagógicas unidocentes realizada na primeira etapa.

Após este trabalho, foram encontradas lacunas que necessitam serem preenchidas objetivando uma educação para a saúde efetiva que possa repercutir em uma vida saudável na fase adulta e, do mesmo modo, em uma melhoria nas práticas escolares como tentativa de elevar as notas das respectivas escolas nas

avaliações da Educação Básica, como o IDEB. Os Anos Iniciais configuram o ponto de partida da vida e do universo acadêmico servindo como base para o estilo de vida e estudos posteriores, portanto a comunidade escolar deve se esforçar a fim de garantir aprendizagens significativas cumprindo com a sua responsabilidade de formar para a cidadania.

Como contribuições desta dissertação, espera-se que os questionamentos levantados, os resultados obtidos bem como as inferências possam cooperar com estudos futuros sobre educação e saúde no contexto escolar e, principalmente levarem provocações, reflexões e discussões entre estudantes e profissionais sobre as práticas escolares com Temas Transversais. Ainda, almeja-se que a compreensão da transversalidade, obtida após várias leituras dos PCNs, apresentada com ênfase no segundo manuscrito, possa ser contestada, ampliada ou divulgada.

5. PERSPECTIVAS

A preparação para o ingresso no curso de mestrado e os acontecimentos após a aprovação permitiram o conhecimento do universo da área de Ensino de Ciências aquém das práticas escolares vivenciadas ou conhecidas.

De maneira especial, esta dissertação possibilitou a compreensão do trabalho relacionado à educação e saúde no ambiente escolar. Considerando a relevância dessa temática, principalmente nos primeiros anos da escolarização, e as carências encontradas neste estudo pretendo continuar contribuindo com os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ) da UNIPAMPA e objetivo ainda complementar o presente estudo elaborando um material didático destinado aos docentes da Educação Básica sobre Temas Transversais.

Sobretudo, na mesma perspectiva desta dissertação de mestrado, objetivo ampliar meu conhecimento acerca dessas temáticas, educação e saúde, todavia no contexto dos serviços de saúde. Especificamente, proponho-me a realizar um diagnóstico situacional da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul em relação às atividades educativas desenvolvidas no âmbito da atenção primária em saúde. Assim, justifica-se o interesse em continuar com os estudos no doutorado buscando aperfeiçoamento e qualificação profissional/pessoal para atuar futuramente na docência universitária.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, C. M.; TAVARES, M. F.; LUIZA, V. L. Escolas promotoras da saúde na América Latina: uma revisão do período 1996-2009. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 26, n. 1, p. 117-127, 2013.

ALMEIDA, C. R. **Medidas de gestão do risco durante a realização dos ensinamentos clínicos dos estudantes finalistas do Curso de Licenciatura em Enfermagem**. Dissertação (Mestrado em Infecção e Cuidados de Saúde) – Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2011.

ANTUNES, M. **Educação, saúde e desenvolvimento**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

ARAÚJO, U. F. Ética, moral, cidadania – a importância dos temas transversais na escola. **AMAE/Educando**, v. 29, n. 262, 1996.

BAGNATO, M. H. O ensino da saúde nas escolas de 1º grau. **Pró-posições**, v. 1, n. 1, p. 53-59, 1990.

BASSINELLO, G. A. A saúde nos parâmetros curriculares nacionais: considerações a partir dos manuais de higiene. **Educação Temática Digital**, v.6, n.1, p.34-47, 2004.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BOARINI, M. L.; YAMAMOTO, O. H. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia em Revista**, v. 13, n. 1, p. 59-72, 2004.

BONAMINO, A.; MARTÍNEZ, S. A. Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do estado. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 368-385, 2002.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 2.264/74**. Programas de Saúde - Educação da Saúde. Relatora: Conselheira Edília Coelho Garcia. Rio de Janeiro: Editec Rio, 1974.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências, 2007a.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde**: documento base - documento I. Brasília, 2007b.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011a.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de dezembro de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2º graus. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral – Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF. 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências naturais (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF. 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente, saúde (1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1997d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, 2010. **Observatório Da Educação. Edital Nº 038/2010 Capes/INEP.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital038_ObservatorioEducacao_%202010.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Programa Saúde na Escola**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola** - Cadernos de Atenção Básica - Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE**: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília, 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **A educação que produz saúde**— Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** / Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**— Brasília, 2006b.

BURGHARDT, J. A.; DEVANEY, B. L.; GORDON, A. R. The school nutrition dietary assessment study: summary and discussion. **American Journal of Clinical Nutrition** , v. 61, n. 1, p. 252-7, 1995.

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, sup. 2, p.177-185, 1999.

CAMPOS, J. A.; ZUANON, A. C.; GUIMARÃES, M. S. Educação em saúde na adolescência. **Ciência Odontológica Brasileira**, v. 6, n. 4, p. 48-53, 2003.

CANDEIAS, N. M. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 209-13, 1997.

CASTRO, M. H. Sistemas de avaliação da educação no Brasil avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, v. 23, n. 1, p. 5-18, 2009.

CARDOSO, V.; REIS, A. P.; IERVOLINO, S. A. Escolas promotoras de saúde. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.18, n.2, 2008.

CARTA DE OTTAWA. **Promoção da saúde nos países industrializados: 1ª conferência internacional sobre promoção da saúde**, 1986. Disponível em: <<http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaosaude/index.php?s=directorio&pid=96>>
Acesso em: 07 de julho de 2013.

CERQUEIRA, M. T. **Promoción de la salud en la región de las Américas**. In: Memorias III Reunión Latinoamericana de Escuelas Promotoras de la Salud. Quito: OPAS, 2002.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

CORT, D, D. **A concepção de saúde que orienta a equipe multiprofissional da unidade de internação pediátrica do hospital universitário/UFSC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? Trad. de Mônica Corullón. In: TOMASI, L. de, WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DAMBROS, D. D.; SANTOS, M. E.; ESCOTO, D. F.; SILVEIRA, M. G.; FOLMER, V. Educação e saúde nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso. **Momento**, v. 20, n. 2, p. 93-103, 2011.

DIAS, R. B. Educação em saúde no ensino fundamental de uma escola pública de Maceió. In: V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, Maceió. Anais do V EPEAL, 2010.

FERREIRA, A. B. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOCESI, E. Uma visão de saúde escolar e educação em saúde na escola. **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, v. 2, p. 19-21, 1992.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Políticas educacionais: implicações na formação continuada e na profissionalização docente. **Revista Linhas (UDESC)**, v. 6, p. 1-13, 2005.

GAVIDIA, V. A Construção do Conceito de Transversalidade. In: ÁLVAREZ, Maria Nieves et al. **Valores e Temas Transversais no Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GOLDSCHMIDT, A. I.; LORETO, E. Investigação das concepções espontâneas sobre pediculose entre pais, professores, direção e alunos de educação infantil e anos iniciais. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 11, n. 2, p. 455-470, 2012.

GOMES, J. P. As Escolas Promotoras de Saúde: uma via para promover a saúde e a educação para a saúde da comunidade escolar. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 84-91, 2009.

GOMES, M. R.; VIEIRA, N. Saúde e Prevenção nas Escolas: promovendo a educação em sexualidade no Brasil. **Revista Tempus Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 2, 2010.

IERVOLINO, S. A. **Escola promotora da saúde**: um projeto de qualidade de vida. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

INEP. **Para que serve o IDEB.** 2011a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/para-que-serve-o-ideb> > Acesso em: 26 de junho de 2013.

INEP. **IDEB - Resultados e Metas.** 2011b. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> Acesso em: 26 de junho de 2013.

IPPOLITO-SHEPHERD, J. **Las escuelas Promotoras de La salud en America Latina:** Resultados de la primeira encuesta regional. Washington: OPS; 2005.

JONES, J. T.; FURNER, M. **WHO's Global School Health Initiative.** Geneve: WHO; 1998.

KRUG, M. R.; ROSSI, D. S.; ILHA, P. V.; LIMA, A. P.; SOARES, F. A. Recursos e conteúdos de ensino utilizados pelos professores para abordar a temática saúde nas aulas. **EFDeportes.com**, ano 17, n. 174, 2012.

LANGNESS, A., RICHTER, M.; HURRELMANN, K. Subjektives Wohlbefinden im internationalen Vergleich. Ergebnisse der "Health Behaviour in School-aged Children"-Studie. **Psychomed**, v. 4, p. 196-204, 2005.

LEAVELL, S.; CLARCK, E. G. **Medicina Preventiva.** São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

LESSA, P. **Os PCN em materiais didáticos para a formação de professores.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

LOMÔNACO, A. F. Concepção de saúde e cotidiano escolar – o viés do saber e da prática. 27ª Reunião anual da ANPEd – Educação popular: Caxambu, 2004.

LUNARDI, V. L. Problematizando conceitos de saúde, a partir do tema da governabilidade dos sujeitos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.20, n.1, p.26-40, 1999.

MACEDO, E. F. Os temas transversais nos parâmetros curriculares nacionais. **Química Nova na Escola**, n. 8, 1998.

MARINHO, J. C.; SILVA, J. A. A temática "saúde" na concepção de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: questões concernentes a metodologias e

aprendizagem. In: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

MENDES, R. M. História dos conceitos de saúde e de doença. **Revista Nursing (Edição Portuguesa)**, n. 231, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. A promoção da saúde no contexto escolar. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, p. 533-5, 2002.

MOHR, Adriana. **A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MONTEIRO, P. H; BIZZO, N. A saúde no currículo dos anos iniciais do ensino fundamental: análise dos documentos de referência. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências e I Congreso Iberoamericano de Investigación em Enseñanza de las Ciencias, Campinas - SP. Atas do VIII ENPEC e I CIEP, 2011.

MORENO, M. et. al. **Temas transversais em Educação: Bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática, 1998.

NETO, M. P. Parâmetros curriculares nacionais de história: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. **Revista História em Reflexão**, v. 3, n. 6, 2009.

OPAS. **Escuelas promotoras de la salud: entornos saludables y mejor salud para las generaciones futuras**. Washington, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Série de informes técnicos: fomento de la salud através de la escuela**. Genebra, 1997.

PASQUALI, I. S. **Educação em ciências e seu compromisso com a saúde: aterosclerose como tema de ferramenta pedagógica em auxílio à qualidade de vida desde a infância**. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PAZ, A. A. **As concepções dos profissionais da educação do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) do Distrito Federal sobre a saúde na escola: onde está a criatividade?** Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PAZ, F. M.; RAPHAEL, H. S. O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. **Revista Omnia Humanas**, v. 3, n. 1, p. 7-30, 2010.

PELICIONI, M. C.; PELICIONI, A. F. Educação e promoção da saúde: uma retrospectiva histórica. **O Mundo da Saúde**, v. 31, n. 3, p. 320-28, 2007.

PELICIONI, M. C. F.; TORRES, A. L. **A Escola Promotora de Saúde**. São Paulo: USP/ FSP/ HSP; 1999.

SANTOS, A. S. Educação em saúde: reflexão e aplicabilidade em atenção primária à saúde. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 2, 2006.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SEVALHO, G. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n.3, p. 349-363, 1993.

SILVA, C. S. Escola Promotora de Saúde: uma visão crítica da saúde escolar. In: Sociedade Brasileira de Pediatria. **Cadernos de Escolas Promotoras de Saúde**. São Paulo, 1997.

SOARES, E. A.; AIDAR, F. L.; LUDKE, H. A.; ASSIS, R. A. (Relatores). Os Parâmetros Curriculares Nacionais. **PARECER CEB / CNE 3/97**.

SILVA, T. E. Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da informação. **Informação & Informação**, v. 14, n. 1, p. 103 - 106, 2009.

SOUSA, D. A. **Significado da saúde e da doença para moradores da área de abrangência do centro de saúde da Lagoa da Conceição – Florianópolis/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Departamento de Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOUZA, E. M.; GRUNDY, E. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, p. 1.354-1.360, 2004.

SOUZA, I. P.; JACOBINA, R. R. Educação em saúde e suas versões na história brasileira. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.33, n.4, p.618-627, 2009.

STALIANO, P.; ARAÚJO, T. C. Promoção da saúde e prevenção de doenças: um estudo com agentes comunitários de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 43-51, 2011.

SUCHOCKA, A.; KOVESS-MASFÉTY, V. Promotion et prevention en santé mentale chez les très jeunes enfants: revue de la littérature. **Annales Médico-Psychologiques**, v. 164, n. 1, p.183-194, 2006.

TORRES, P. L. **Uma leitura para os temas transversais**: ensino fundamental. Curitiba: SENAR, 2003.

VIEIRA, G. M. **Estratégias de “contextualização” nos livros didáticos de matemática dos ciclos iniciais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

YUS, R. **Temas transversais em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANCUL, M. S.; GOMES, P. H. A formação de licenciandos em ciências biológicas para trabalhar temas de educação em saúde na escola. **REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente**, v.4, n1 p.49-61, 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

 <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Comitê de Ética em Pesquisa - CEP- UFSM REGISTRO CONEP: 243</p> 
--	---

CARTA DE APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (CONEP/MS) analisou o protocolo de pesquisa:

Título: Atividades corporais e ciências naturais nas séries iniciais.

Número do processo: 23081.005725/2011-06

CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 0071.0.243.000-11

Pesquisador Responsável: Vanderlei Folmer

Este projeto foi APROVADO em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as Diretrizes estabelecidas na Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde. Toda e qualquer alteração do Projeto, assim como os eventos adversos graves, deverão ser comunicados imediatamente a este Comitê. O pesquisador deve apresentar ao CEP:

Janeiro/ 2012- Relatório parcial

Abril/ 2013- Relatório final

Os membros do CEP-UFSM não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.

DATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO: 21/06/2011

Santa Maria, 22 de Junho de 2011



Félix A. Antunes Soares
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa-UFSM
Registro CONEP N. 243.

Anexo 2- Questionário aplicado às professoras na primeira etapa

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde</p> <p style="text-align: center;">Pesquisa: Ensino de Saúde nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental</p>
<p>IDENTIFICAÇÃO</p> <p>Iniciais: _____ Sexo: () Feminino () Masculino Idade: _____</p> <p>Série que está atuando: () 1º ano do EF () 2º ano do EF () 3º ano do EF () 4º ano do EF () 5º ano do EF</p>	
<p>FORMAÇÃO ACADÊMICA</p> <p>Magistério Sim () Não ()</p> <p>Graduação Superior Sim () Não () Em que: _____</p> <p>Pós-Graduação Sim () Não () Em que: _____</p> <p>1- Você possui alguma formação específica para trabalhar o tema transversal saúde? Sim () Não ()</p> <p>2- Se você respondeu sim acima, esta formação foi inicial (magistério/graduação) ou você realizou algum curso/capacitação após já estar atuando como docente (formação continuada)? Explique.</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>3- Como você avalia a sua formação/preparação para trabalhar com seus alunos sobre a saúde, principalmente, nos anos iniciais?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>PRÁTICA PEDAGÓGICA EM SAÚDE</p> <p>1- Existe uma base teórica, referencial curricular ou projeto pedagógico que orienta o planejamento de suas aulas? Qual? (No caso de haver livros didáticos especifique o título, autores e o ano).</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>2- Quais os objetivos do seu trabalho ao desenvolver o tema transversal saúde com seus alunos?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	

3- Em que momento das suas aulas e em quais disciplinas é trabalhado os conteúdos que envolvem o tema saúde?

4- Qual a frequência de ocorrência destas aulas (vezes por semana)? Quanto tempo costuma durar as atividades que envolvem este tema?

5- Você desenvolve/planeja suas atividades sozinho (a) ou junto a outro professor/profissional?

6- Quais são os conteúdos e/ou temas relacionados à saúde que você desenvolve em suas aulas?

7- Existe uma metodologia específica para o desenvolvimento destes conteúdos?

8- Quais as ferramentas/ recursos que você utiliza e com que frequência? (Sempre = todos os dias)

Ferramentas/ Recursos	Frequência
() Atividades Lúdicas	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Livro Didático	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Internet	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Projetos	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Saídas de Campo	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Trabalhos em Grupo	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Laboratórios	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Aulas Práticas	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Aulas Teóricas	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca
() Sala de Aula	() Sempre () Bastante () Às vezes () Raramente () Nunca

() Outros Quais? _____

9- Existe algum tema que você julga ser importante e não consegue trabalhar com seus alunos? Por quê?

10- O que é saúde para você? _____

Anexo 3- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO		
<p>Título do projeto: Atividades corporais e ciências naturais nas séries iniciais Pesquisador responsável: Prof. Dr. Vanderlei Folmer Instituição/Departamento: UFSM – PPG Educação em Ciências: Química da vida e saúde Telefone para contato: 55 99552874 (inclusive a cobrar)</p>		
<p>Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.</p> <p>O objetivo desta pesquisa é buscar relações entre as atividades corporais e as temáticas corpo e saúde no processo de ensino-aprendizagem das séries iniciais, em escolas públicas com baixo IDEB (2009) de Uruguaiana-RS. Nesta etapa para a qual você está sendo convidado, serão investigados aspectos da formação e da prática docente das séries iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental através de um questionário. Na sequência, serão analisados os conteúdos de saúde nos livros didáticos utilizados pelos professores das séries iniciais. Responder ao questionário não oferece nenhum tipo de risco a você e fornecerá informações importantes aos educadores e estudiosos da educação.</p> <p>Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Se você concordar em participar do estudo, as informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida, você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Em qualquer momento, você poderá retirar este consentimento, desistindo da participação no estudo.</p>		
<p>Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Atividades corporais e ciências naturais nas séries iniciais”, como sujeito. Fui suficientemente informado sobre as informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.</p>		
<p>Uruguaiana, ____ de _____ de 20___. Assinatura: _____</p>		
<p>Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.</p>		
<p>Uruguaiana, ____ de _____ de 20___. _____ Vanderlei Folmer - Pesquisador responsável</p>		
<p>Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009 Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep</p>		